

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 28/2023, em que é recorrente **Amadeu Fortes Oliveira** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 175/2023

(Autos de Amparo 28/2023, Amadeu Fortes de Oliveira v. STJ, Admissão Parcial de Condutas Impugnadas)

I. Relatório

1. O Senhor Amadeu Fortes Oliveira interpôs recurso de amparo constitucional contra acórdão(s) do Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, apresentando uma extensíssima peça de 197 páginas, a qual, afastando-se de forma acentuada de uma exposição resumida das razões que fundamentam a petição, já havia sido sumarizada no *Acórdão 142/2023, de 28 de agosto, Amadeu Fortes Oliveira v. STJ, Aperfeiçoamento por obscuridade na determinação das condutas impugnadas e por falta de junção de documentos essenciais à aferição da admissibilidade do pedido*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 95, 12 de setembro de 2023, pp. 1984-1988, da seguinte forma:

1.1. Insere um segmento introdutório, no qual:

1.1.1. Faz referência a sanções criminais que lhe foram impostas, identifica a imputação subjetiva que lhe foi feita, pede amparo e identifica vários direitos, liberdades e garantias que julga terem sido violados e as peças em que suscitou as alegadas lesões de posições jurídicas fundamentais;

1.1.2. Justifica a extensão da sua peça.

1.2. Menciona, em seguida, o que designa de questões prévias, as quais gravitariam em torno de suposta: incompetência territorial do TRB; adulteração da composição do Tribunal da Relação de Barlavento e não distribuição inicial dos autos; imunidades parlamentares; incompetência da Comissão Permanente; falsidade, contradições e inconstitucionalidades do *Acórdão TC 17/2023*; audição de deputado, como arguido, sem prévia autorização da Assembleia Nacional; publicação extemporânea de resolução; existência de duas acusações, falsidades e falta de notificação de acusação

1.3. Discorre sobre:

1.3.1. O crime de atentado contra o Estado de Direito, enfatizando o não-preenchimento do tipo penal, refere-se a factos que deviam ser dados por provados e outros que não, aponta a falsas narrativas, à inexistência de nexos de causalidade e de ilícito criminal, invoca situação de presença de causas de exclusão da ilicitude ou de culpa;

1.3.2. O crime de ofensa a pessoa coletiva, trazendo à colação questões atinentes à *exceptio veritatis* e à garantia de não se ser responsabilizado pela emissão de opiniões.

1.4. Apresenta conclusões que, genericamente, assumem a forma de rogos e pedido de pronúncia.

1.5. Dirige um conjunto de pedidos que subdivide em vários sub-pedidos, os quais assumem a forma de amparos tendentes a reconhecer a violação de direitos que alega.

1.6. Termina elencando documentos que anexa, indicando elementos que seriam do conhecimento oficioso do Tribunal e dirigindo pedido de solicitação de outros elementos ao STJ.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, o qual, subscrito por sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República, ofereceu douda argumentação no sentido de que:

2.1. O Ministério Público não disporia de condições para se pronunciar sobre a admissibilidade ou rejeição do recurso em razão de total ausência de documentos juntados com a PI.

2.2. Por essa razão, não lhe teria sido possível “aferir da verificação dos pressupostos da admissibilidade do presente recurso previsto ao abrigo dos citados artigos 3.º, 4.º, 5.º[,] 6.º e 8.º, concretamente, a legitimidade do recorrente, a tempestividade do recurso, se o recorrente invocou a violação de forma expressa e formalmente no processo logo que dela tenha tido conhecimento e se requereu a sua reparação e tão pouco se foram esgotados todos os meios ordinários de defesa de direitos, liberdades e garantias estabelecidos pela respetiva lei do processo”.

2.3. Considerando que – do que conseguiu depreender da petição inicial – as questões ora suscitadas seriam as mesmas que haviam sido suscitadas pelo recorrente em outros arestos, especialmente nos Autos de Recurso de Amparo Constitucional 3/2023 e, mais recentemente, nos Autos de Recurso de Amparo Constitucional 19/2023.

2.4. Portanto, não tendo o recorrente juntado o acórdão recorrido, diz que não consegue descortinar se se está perante questões novas ou se elas seriam as mesmas anteriormente contraditadas.

2.5. “De modo que, face a total ausência de elementos para o efeito”, não lograria oferecer o seu pronunciamento, “sem prejuízo, de o fazer após a junção dos documentos referido[s] nos termos do artigo 8.º n.º 3 da [L]ei de [A]mparo”.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 27 de junho, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do Tribunal Constitucional.

3.1. O julgamento culminou com a adoção do *Acórdão 142/2023, de 28 de agosto de 2023*, através do qual os Juízes Conselheiros que compõem o Tribunal Constitucional decidiram determinar a notificação do recorrente para, sem necessidade de reproduzir o que já tinha dito na petição inicial, e de forma segmentada e direta:

3.1.1. Identificar com a máxima precisão possível a(s) conduta(s) praticada(s) pelo(s) ato(s) Judicial(is) recorridos e que pretende que o Tribunal escrutine;

3.1.2. Indicar os direitos, liberdades e garantias que ela(s) vulnera(m) respetivamente; e

3.1.3. Apontar os amparos que almeja obter deste Tribunal para os remediar;

3.1.4. Carrear para os presentes autos os *Acórdãos STJ 137/2023; 138/2023 e 140/2023* e o Requerimento de Suspensão de Nulidades/inconstitucionalidades do *Acórdão 137/STJ/2023*, que menciona na sua peça de interposição de recurso.

4. No dia 29 de agosto de 2023, o recorrente foi notificado dessa decisão, tendo, no dia 31 do mesmo mês, dado entrada na secretaria deste Tribunal a uma peça de aperfeiçoamento do recurso onde:

4.1. De forma extensa faz uma exposição que divide em treze capítulos, onde diz indicar as condutas que impugna, os órgãos judiciais que as praticaram, os direitos, liberdades e garantias alegadamente violados e, através da formulação de um conjunto de pedidos, os amparos que pretende que lhe sejam outorgados pelo Tribunal Constitucional.

4.2. E apresenta os documentos que anexou à sua peça de aperfeiçoamento, nomeadamente:

4.2.1. O *Acórdão 137/STJ/2023*;

4.2.2. O Requerimento de reclamação de suprimimento de nulidade/inconstitucionalidades do *Acórdão 137/STJ/2023*;

4.2.3. O *Acórdão 138/STJ/2023*.

5. Conforme determinado pelo *Acórdão 142/2023, de 28 de agosto*, foram os autos com vista para o Ministério Público, tendo Sua Excelência o Procurador-Geral da República, no essencial, oferecido o seu douto parecer no seguinte sentido:

5.1. Os direitos sobre os quais o recorrente requer amparo, nomeadamente, o direito do juiz/tribunal natural da causa, de não ser reduzido, restringido ou limitado o seu direito fundamental por via de interpretação e de acesso à justiça, mediante um processo justo e equitativo, constituíam direitos, liberdades e garantias reconhecidos na Constituição e seriam suscetíveis de amparo constitucional.

5.2. O recorrente estaria provido de legitimidade, porquanto parecia ser a pessoa direta, atual e efetivamente afetada pela decisão do acórdão ora recorrido que não terá atendido às suas pretensões.

5.3. A decisão posta em causa teria sido proferida pelo Supremo Tribunal de Justiça, esgotando-se todos os meios ordinários de defesa dos direitos, liberdades e garantias estabelecidos pela respetiva lei do processo.

5.4. Afigura-se-lhe que a violação teria sido expressa e formalmente invocada no processo logo que o ofendido dela teve conhecimento e requereu a sua reparação.

5.5. O recurso mostrar-se-ia tempestivo, uma vez que a decisão impugnada data de 27 de junho, conforme atesta o documento junto a fls. 246 a 257 e o recurso deu entrada no Tribunal Constitucional no dia 14 de julho; logo, dentro do prazo de 20 dias estabelecido na lei.

5.6. Face aos fundamentos aduzidos é seu entender que o presente recurso deve ser admitido por estarem providos todos os pressupostos de admissibilidade.

6. A admissibilidade do recurso foi apreciada pelo Tribunal Constitucional em conferência nos dias 12, 19 e 20 de outubro e 9 de novembro de 2023 com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de

direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de*

juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que

asseguem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição;

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe

e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprindo ela própria, eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação;

2.3.4. Neste caso concreto, pode-se dizer que, de modo geral, o recorrente, além de ter apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente tratar-se de um recurso de amparo, incluiu uma exposição das razões de facto que a fundamentam e integrou um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos. No entanto, além de ser uma peça de exagerada extensão, a mesma padecia de sérias insuficiências e de ausência de elementos instrutórios que urgia colmatar;

2.3.5. Embora o Tribunal tivesse circunscrito o âmbito do aperfeiçoamento à junção de documentos essenciais à apreciação da admissibilidade que não tinham sido trazidos aos autos, e à identificação com maior precisão possível das condutas que o recorrente pretendia que fossem escrutinadas, indicando os direitos liberdades e garantias violados pelas mesmas e à especificação do(s) amparo(s) pretendido(s), este optou por apresentar uma peça composta por uma parte introdutória onde faz referência ao esgotamento das vias de recurso ordinário e aos documentos de prova solicitados, seguida da parte relativa à identificação das condutas impugnadas e dos direitos, liberdades e garantias violados, culminando com os pedidos de amparos pretendidos expostos em treze Capítulos (I a XIII);

2.3.6. Antes de mais, como já havia sido feito por esta Corte em outras ocasiões, deve-se realçar que a menos que expressamente consagrado, a peça de aperfeiçoamento não é substitutiva da petição de recurso, emendando-a apenas nos segmentos abrangidos pela decisão que determinou a sua correção. Portanto, deve cingir-se ao objeto fixado pelo Tribunal, posto que tudo o que disser a mais é inócuo e não pode ser apreciado. Por isso, o Tribunal limitar-se-á a considerar o segmento dessa peça no qual foram identificadas as condutas violadoras de direitos fundamentais que o recorrente pretende que sejam sindicadas, aquele onde se encontra a definição dos amparos que almeja obter e os

documentos que o recorrente juntou para apreciar se, de facto, logrou corrigir as deficiências da peça, e ainda o que apresenta alguma informação relevante em relação aos documentos necessários à instrução do recurso, os quais substituem os trechos obscuros da petição inicial;

2.3.7. Destarte, se a tempestividade dessa peça está assegurada, posto ter sido protocolada dentro do prazo de que o recorrente dispunha para tanto, em relação às condutas que impugna, aos direitos, liberdades e garantias violados e ao pedido de amparo que pretenderia obter, o Tribunal, independentemente de se vir a pronunciar sobre a sua viabilidade, não se consegue satisfazer com a forma como o recorrente optou para definir as condutas impugnadas. Isso, na medida em que utilizou formulações excessivamente genéricas, a partir de construções como: o STJ “recusou-se reconhecer (...)”. Sem integrar os elementos básicos caracterizadores da conduta e tão-pouco atacar concretamente a *ratio decidendi* específica utilizada pelo órgão judicial recorrido que é o fundamento do amparo quando se impugna interpretações inconstitucionais, como parece saber ao invocar o artigo 17, parágrafo segundo, da Lei Fundamental, na medida em que é por confronto com este dever que se gera a violação dos direitos fundamentais subjacentes, quando está em causa a interpretação e aplicação de normas ordinárias, nomeadamente de carácter processual, organizatório ou material (v. *Acórdão 26/2019, de 9 de agosto, Osmond Nnaemeka Odo v. STJ, sobre violação do direito à liberdade, da garantia da presunção da inocência e da garantia de não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1590-1595, 6).

Como é notório, a violação a algum direito, liberdade e garantia por uma conduta do poder judicial ocorre normalmente quando este aplica o direito ordinário sem levar em consideração a força irradiadora das posições jurídicas individuais subjacentes nas situações em que esse direito permitia-lhe promover interpretação mais benigna do regime em prol da proteção da pessoa humana. Nesta conformidade, é inócuo dizer-se que o STJ recusou-se reconhecer, na medida que isso é uma mera constatação de facto a respeito do qual nenhum juízo de desvalor pode ser feito. O que importa é indicar a razão justificante dessa decisão, a única que permitiria o Tribunal verificar o que o recorrente está efetivamente a impugnar e assim delimitar o objeto do próprio recurso. O ónus de se o fazer não pode ser transferido a esta Corte, sobretudo quando a base apresentada é tão

extensa que não se consegue destringir o que são condutas, o que são meros relatos, o que são pedidos de amparo, o que são comentários laterais, desabafos ou críticas doutrinárias, etc., etc.;

Em bom rigor, não fosse a possibilidade de se cruzar a deficiente precisão de várias das condutas com alguns elementos constantes do remanescente da peça de aperfeiçoamento, o presente recurso deveria ser integralmente rejeitado nesta fase por não-aperfeiçoamento das deficiências de que a petição inicial padecia;

2.3.8. Já quanto aos documentos cuja junção foi determinada pelo acórdão de aperfeiçoamento e aqueles que o Tribunal deu oportunidade ao recorrente para carrear, perante a confirmação da informação que presta de que também interpôs recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade – que, ao contrário do recurso de amparo, sobe nos autos –, entretanto admitido e remetido, esta Corte Constitucional consegue aceder aos documentos relevantes que foram autuados, o que, contudo, não isenta o recorrente do ónus de precisar as remissões que faz para as mesmas. Fica a questão, nestes precisos termos, ultrapassada;

2.3.9. Dá-se, assim, *in extremis*, a correção por concretizada, ainda que com a necessidade de integração de elementos constantes de várias partes da peça de aperfeiçoamento, o que ultrapassa e muito o que o Tribunal deve fazer nesse tipo de processo.

3. É verdade que o recorrente apresenta um conjunto do que designa de condutas, formuladas como se disse, de forma genérica,

3.1. Consubstanciando-se, na parte que identifica,

3.1.1. Na decisão do Supremo Tribunal de Justiça que recusou reconhecer a incompetência Territorial do Tribunal da Relação de Barlavento tal com vertido no *Acórdão 137/STJ/2023*, e que também foi mantida pela decisão do Supremo Tribunal de Justiça a esse respeito, vertida no *Acórdão 138/STJ/2023*;

3.1.2. Na decisão do Supremo Tribunal de Justiça que recusou reconhecer a adulteração da composição do Tribunal da Relação de Barlavento tal como vertido no

Acórdão 137/STJ/2023, e que também foi mantida pela decisão do Supremo Tribunal de Justiça a esse respeito, vertida no *Acórdão 138/STJ/2023*;

3.1.3. Na decisão do Supremo Tribunal de Justiça que recusou reconhecer a falta de distribuição inicial do processo pelo Tribunal da Relação de Barlavento tal como vertido no *Acórdão 137/STJ/2023*, e que também foi mantida pela decisão do Supremo Tribunal de Justiça a esse respeito, vertida no *Acórdão 138/STJ/2023*;

3.1.4. Na decisão do Supremo Tribunal de Justiça que recusou reconhecer a tríplice inconstitucionalidade de que padece o *Acórdão 17/TC/2023*, tal como vertido no *Acórdão 138/STJ/2023*, e que também foi mantida pela decisão do Supremo Tribunal de Justiça a esse respeito, vertida no *Acórdão 140/STJ/2023*;

3.1.5. Na decisão do Supremo Tribunal de Justiça que recusou reconhecer a falta de autorização da Assembleia Nacional para ouvir o Deputado Amadeu Oliveira, tal como vertido no *Acórdão 137/STJ/2023*, e que também foi mantida pela decisão do Supremo Tribunal de Justiça a esse respeito, vertida no *Acórdão 138/STJ/2023*;

3.1.6. Na decisão do Supremo Tribunal de Justiça que recusou reconhecer a ineficácia da *Resolução N.º 03/X/2021*, da Comissão Permanente, por violação da publicação e *vacatio legis*, tal como vertido no *Acórdão 137/STJ/2023*, e que também foi mantida pela decisão do Supremo Tribunal de Justiça a esse respeito, vertida no *Acórdão 138/STJ/2023*;

3.1.7. Na decisão do Supremo Tribunal de Justiça que recusou reconhecer a omissão da notificação da acusação, tal como vertido no *Acórdão 137/STJ/2023*, e que também foi mantida pela decisão do Supremo Tribunal de Justiça a esse respeito, vertida no *Acórdão 138/STJ/2023*;

3.1.8. Na decisão do Supremo Tribunal de Justiça que recusou reconhecer a violação do elementar princípio de presunção de inocência, tal como vertido no *Acórdão 137/STJ/2023*, e que também foi mantida pela decisão do Supremo Tribunal de Justiça a esse respeito, vertida no *Acórdão 138/STJ/2023*;

3.1.9. Na decisão do Supremo Tribunal de Justiça que recusou reconhecer a violação do elementar princípio da legalidade penal prévia, tal como vertido no *Acórdão 137/STJ/2023*, e que também foi mantida pela decisão do Supremo Tribunal de Justiça a esse respeito, vertida no *Acórdão 138/STJ/2023*;

3.1.10. Na decisão do Supremo Tribunal de Justiça que recusou reconhecer a intransmissibilidade da responsabilidade penal, tal como vertido no *Acórdão 137/STJ/2023*, e que também foi mantida pela decisão do Supremo Tribunal de Justiça a esse respeito, vertida no *Acórdão 138/STJ/2023*;

3.1.11. Na decisão do Supremo Tribunal de Justiça que recusou reconhecer a existência de cláusulas de exclusão de ilicitude e de culpa, tal como vertido no *Acórdão 137/STJ/2023*, e que também foi mantida pela decisão do Supremo Tribunal de Justiça a esse respeito, vertida no *Acórdão 138/STJ/2023*;

3.1.12. Na decisão do Supremo Tribunal de Justiça que recusou reconhecer a garantia constitucional do recorrente de “não ser responsabilizado por omitir opiniões”, tal como vertido no *Acórdão 137/STJ/2023*, e que também foi mantida pela decisão do Supremo Tribunal de Justiça a esse respeito, vertida no *Acórdão 138/STJ/2023*;

3.1.13. Na decisão do Supremo Tribunal de Justiça que recusou reconhecer a garantia constitucional de “existência de lei penal incriminadora prévia”, tal como vertido no *Acórdão 137/STJ/2023*, e que também foi mantida pela decisão do Supremo Tribunal de Justiça a esse respeito, vertida no *Acórdão 138/STJ/2023*;

3.2. As quais terão lesado o que designa, ser:

3.2.1. O direito fundamental ao juiz natural;

3.2.2. O direito à audiência, à defesa, ao contraditório e à presunção de inocência (na sua vertente do *in dubio pro reo*), consagrados no artigo 35 da CRCV;

3.2.3. A garantia fundamental da imunidade parlamentar (artigos 148 n.º 1, 123, 124, 170 e 55 da CRCV) e o que intitula de omissão de pronúncia que afeta o direito de defesa do arguido (artigo 35, número 7, da CRCV), e de audição de deputado sem prévia

autorização da Assembleia Nacional (artigos 123, 124, 170 e 55 da CRCV), de *vacatio legis* e prévia publicação de Resolução (alínea d) do artigo 269 da CRCV); e garantia de, enquanto deputado, não ser responsabilizado por emitir opiniões;

3.2.4. A não restrição ou limitação do alcance dos direitos fundamentais pela via da interpretação (n.º 2 do artigo 17 da CRCV);

3.2.5. E da existência da lei incriminadora prévia (n.º 4 do artigo 32 da CRCV) e de garantia de não-transmissibilidade da responsabilidade penal (n.º 1 do artigo 32 da CRCV).

3.3. Justificando a concessão de um conjunto de amparos que esmiúça.

4. Antes de prosseguir, cuida o Tribunal de verificar se os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, caso seja necessário, ressaltando-se que:

4.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a) da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria, considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia.

4.2. O recorrente, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se arroga ser titular de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, ser pessoa direta, atual e efetivamente passível de ser afetada pela conduta impugnada, já que arguido em processo penal no âmbito do qual foi julgado e condenado em primeira instância, decisão confirmada pelo órgão judicial recorrido, possui legitimidade processual ativa, o mesmo ocorrendo, no polo passivo, com a entidade recorrida, o STJ, ao qual o recorrente imputa a prática do ato a que atribui a lesão dos direitos nos termos da orientação geral (v. *Acórdão 29/2021, de 3 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)).

4.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de

interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que se recusou a reparar a violação praticada, e por força do artigo 1º da Lei do Amparo e do artigo 50 da Lei do Tribunal Constitucional, com suspensão de contagem aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

4.3.1. No caso em análise, aparentemente o recorrente impugna, com uma única exceção, o *Acórdão STJ 137/2023, de 20 de junho*, que decidiu o recurso ordinário interposto pelo recorrente, o qual lhe foi notificado no dia 22 de junho, na sua pessoa e na dos seus mandatários;

4.3.2. Na sequência, protocolou uma peça de suprimimento de nulidades e inconstitucionalidades no dia 26 do mesmo mês, portanto dentro do prazo para suscitar incidentes pós-decisórios;

4.3.3. Contendo no seu bojo pedidos de reparação, o mesmo foi apreciado e decidido pelo o *Acórdão STJ 138/2023, de 27 de junho*, que julgou improcedente o pedido de suprimimento de nulidades/invalidade por inconstitucionalidades do *Acórdão 137/STJ/2023*, colocada pelo recorrente, por falta de fundamento para justificar a nulidade do acórdão;

4.3.4. Contando-se o prazo de interposição de recurso a partir da notificação da decisão que se recusou a reparar as alegadas violações de direitos nos termos do artigo 3º, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, seria inevitável fixar o *dies a quo* a 28 de junho quando as pessoas mencionadas no parágrafo 4.3.1. foram notificadas;

4.3.5. Portanto, relativamente às condutas imputadas diretamente ao *Acórdão 137/2023*, o pedido mostra-se tempestivo, já que o recurso deu entrada no dia 15 de julho, ainda antes do termo do prazo de vinte dias de que o recorrente dispunha para o fazer.

4.3.6. O mesmo pode ser dito em relação ao *Acórdão 140/STJ/2023*, caso a intenção da questão colocada a 30 de junho que apreciou tenha natureza de um pedido de reparação por conduta alegadamente praticada pelo *Acórdão 138/STJ/2023*, uma vez que,

datando de 11 de julho de 2023, foi notificado nesse mesmo dia às entidades supramencionadas.

5. A construção adequada da peça, o seu aperfeiçoamento ou, alternativamente, a sua aceitação e correção, permitem que o Tribunal Constitucional, antes de tudo, consiga identificar o centro nevrálgico do escrutínio de amparo – a conduta impugnada – que se constituirá no objeto do recurso. Podendo materializar-se tanto num ato, como numa omissão, a conduta corresponde a um comportamento de uma entidade à qual se imputa a vulneração de um direito, liberdade e garantia. É a isso que se refere tanto o artigo 20 da Lei Fundamental quando remete à “tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais (...)”, como o artigo 2º da Lei do Amparo, quando se refere à “prática de factos ou à omissão de atos ou factos”. Isso desde que em relação aos atos, nos termos do artigo 2º, número 3, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, estes não assumam natureza legislativa ou normativa, devendo o Tribunal Constitucional recusar qualquer impugnação que ataque diretamente norma constante de dispositivo legal ou equiparado, como, de resto, tem feito ao recusar-se a admitir recursos de amparo que impugnam normas (*Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Barros v. TRS sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1828, 2., *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 2.3.4., *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844- 856 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 2.2.1, *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 5. e 6., *Acórdão 29/2019, de 30*

de julho, *Arlindo Teixeira vs. STJ*, referente à norma prevista pelo número 1 do artigo 2 da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como as garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1618-1653, 3.2, e *Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária e Alfredo de Carvalho v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, ii), estabelecendo claramente a distinção entre o objeto de recursos de amparo e o objeto de recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade. Neste particular, no nosso sistema muito dificilmente se pode considerar o dispositivo legal que exclui do objeto do recurso de amparo atos públicos como portador de um vício de inconstitucionalidade, na medida em que a aplicação de qualquer ato normativo poderá ser impugnada através deste último recurso constitucional.

5.1. No caso concreto, o recorrente apresenta um número considerável de condutas que diz terem lesado os seus direitos, liberdades e garantias, as quais imputa ao Supremo Tribunal de Justiça, por esse órgão judicial ter recusado reconhecer no seu *Acórdão 137/STJ/2023*, uma série de alegados vícios e violações por ele suscitados no processo e ter mantido a sua decisão no acórdão recorrido.

5.1.1. Como já se tinha afirmado, as condutas foram apresentadas de forma muito genérica, remetendo-se simplesmente para o não-reconhecimento de situações ou de direitos pelo Egrégio STJ, através de fórmulas que estão muito longe de corresponder à forma mais canónica de as precisar, precisamente porque quando se ataca o sentido conforme o qual uma norma foi aplicada, atribuindo-se a ele um efeito de limitação ilegítima de um direito, quando alternativas hermenêuticas mais favoráveis estavam disponíveis, é preciso integrar na impugnação todos os elementos que permitem identificar o ato ou indicar claramente qual a orientação interpretativa específica adotada pelo órgão recorrido que se está a desafiar;

5.1.2. Por conseguinte, não basta dizer que “não reconheceu”, assertiva que sempre seria neutra e nada diria a respeito da conduta concreta lesiva do direito. É, antes, imperioso referir expressamente o conteúdo desse não-reconhecimento e/ou o

fundamento que foi explicitado para o justificar, o que não se encontra na formulação construída pelo recorrente;

5.1.3. É só com apelo a outros comentários na sua peça é que se logra precisar, nos mínimos do aceitável, o objeto deste recurso de amparo e salvá-lo nesta fase. Sendo certo que isso já implica numa excessiva intervenção do Tribunal na identificação dos elementos centrais da conduta impugnada para evitar que todas as questões fossem afastadas nesta fase de apreciação de admissibilidade.

5.2. Assim, permitindo, no limite, identificar as seguintes condutas:

5.2.1. O ato do Supremo Tribunal de Justiça de, através do *Acórdão 137/STJ/2023*, ter confirmado a condenação do recorrente, recusando-se a apreciar a alegação de existência de exceção de incompetência territorial do TRB, com o argumento de que já se tinha pronunciado a respeito em decisão anterior e que ela se mostrava decidida e consolidada no processo;

5.2.2. O ato do Supremo Tribunal de Justiça de, através do *Acórdão 137/STJ/2023*, ter confirmado a condenação do recorrente, sem reconhecer que ele, alegadamente, terá sido submetido a primeiro interrogatório do arguido preso e a audiência contraditória preliminar por um tribunal cuja composição teria sido adulterada;

5.2.3. O ato do Supremo Tribunal de Justiça de, através do *Acórdão 137/STJ/2023*, ter confirmado a condenação do recorrente, recusando a reconhecer que ele, alegadamente, foi julgado sem que tivesse havido distribuição inicial do processo no tribunal de julgamento;

5.2.4. O facto de o Supremo Tribunal de Justiça de, através do *Acórdão 138/STJ/2023*, ter alegadamente omitido pronúncia sobre uma tríplice inconstitucionalidade de que padeceria o *Acórdão 17/TC/2023*;

5.2.5. O ato do Supremo Tribunal de Justiça de, através do *Acórdão 137/STJ/2023*, ter confirmado a condenação do recorrente, sem reconhecer a suposta falta de autorização da Assembleia Nacional para que fosse ouvido pelo tribunal, enquanto deputado;

5.2.6. O ato do Supremo Tribunal de Justiça de, através do *Acórdão 137/STJ/2023*, ter confirmado a condenação do recorrente, sem reconhecer que a Resolução N.º 03/X/2021, da Comissão Permanente, seria ineficaz por ausência de prévia publicação e observância da *vacatio legis*;

5.2.7. O ato do Supremo Tribunal de Justiça de, através do *Acórdão 137/STJ/2023*, ter confirmado a condenação do recorrente, sem reconhecer que teria havido omissão de notificação pessoal da acusação;

5.2.8. O ato do Supremo Tribunal de Justiça de, através do *Acórdão 137/STJ/2023*, ter confirmado a condenação do recorrente, sem reconhecer a violação do princípio da presunção da inocência, procedendo a uma arbitrária e nada lógica valoração da prova;

5.2.9. O ato do Supremo Tribunal de Justiça de, através do *Acórdão 137/STJ/2023*, ter confirmado a condenação do recorrente por facto que não constituiria crime, o de auxílio à violação de medida de coação de obrigação de permanência em habitação;

5.2.10. O ato do Supremo Tribunal de Justiça de, através do *Acórdão 137/STJ/2023*, ter confirmado a condenação do recorrente, sem reconhecer que a responsabilidade penal por descumprimento de obrigação de permanência em habitação não poderia ser transmitida do seu constituinte para si;

5.2.11. O facto de o Supremo Tribunal de Justiça de, através do *Acórdão 137/STJ/2023*, ter confirmado a condenação do recorrente, supostamente omitindo pronúncia sobre as causas de extinção da ilicitude e da culpa;

5.2.12. O ato do Supremo Tribunal de Justiça de, através do *Acórdão 137/STJ/2023*, ter confirmado a condenação do recorrente, alegadamente responsabilizando-o por emitir opiniões no exercício da sua função de deputado;

5.2.13. O ato do Supremo Tribunal de Justiça de, através do *Acórdão 137/STJ/2023*, ter confirmado a condenação do recorrente, não reconhecendo estar-se perante uma exceção de ilicitude: a *exceptio veritatis*.

5.3. Diga-se, as únicas passíveis de serem avaliadas para efeitos de admissibilidade em sede de recurso de amparo, na medida em que este se limita a propiciar um escrutínio de atos e omissões lesivos de direito, liberdade e garantia, não se podendo, nos termos do artigo 2º, parágrafo terceiro, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* fazer-se “valer outra pretensão que não seja a de restabelecer ou de preservar os direitos, liberdades e garantias (...)”. Portanto, qualquer outra pretensão fica excluída do presente escrutínio.

6. E, além disso, é determinante para se identificar os direitos potencialmente atingidos pela conduta lesiva, uma etapa essencial para se verificar se a conduta em causa é passível de ser amparada, do que depende, de uma parte, de estar em causa posição jurídica dependente de direito, liberdade ou garantia ou direito que se pode beneficiar do regime de proteção desta categoria de direitos, e, da outra, de, em potência, ser ato que pode ser diretamente atribuível ao órgão judicial recorrido por este poder ter responsabilidade direta, imediata e necessária na sua violação, portanto de esta poder ser-lhe imputável de alguma forma.

6.1. No caso em apreço, o recorrente invoca vários direitos que, por serem garantias fundamentais, associadas à liberdade sobre o corpo – a garantia de juiz natural e vários outros previstos pelo artigo 35 da Constituição –, são suscetíveis de amparo constitucional.

6.1.1. Daí, neste particular, dar-se por preenchida essa exigência formal incontornável, seja pela sua localização sistemática, seja pela sua natureza intrínseca de garantias associadas ao direito à liberdade sobre o corpo;

6.1.2. Assim, dúvidas não persistirão de que esses são, respetivamente, verdadeiras garantias fundamentais amparáveis;

6.1.3. Contudo, várias das questões que coloca ficam prejudicadas pelo facto de o recorrente se apoiar em princípios objetivos ou em prerrogativas constitucionais – formuladas pelo mesmo como se fossem privilégios pessoais – que não são abarcados pelo conceito de direito, liberdade e garantia, isto é, não são reconduzíveis a um conjunto

de posições jurídicas essenciais do indivíduo que impõem abstenções ou deveres de reconhecimento aos poderes públicos;

6.2. Primeiro, a invocação de uma suposta garantia, supõe-se que fundamental, a prévia publicação de resolução e à *vacatio legis* derivada do artigo 269, parágrafo primeiro, alínea d), pura e simplesmente não existe.

6.2.1. O que esta disposição prevê é a obrigatoriedade de publicação de resoluções da Assembleia Nacional no *Boletim Oficial* sob pena de ineficácia jurídica, como corolário do princípio do Estado de Direito, na dimensão de acordo com a qual nenhuma pessoa pode ficar sujeita a uma obrigação jurídica ou a um ato incidente sobre a sua esfera individual sem que a mesma lhe tenha sido comunicada previamente;

6.2.2. Sendo assim, além de ela não conter qualquer referência à *vacatio legis*, que decorre, na interpretação do recorrente de uma norma ordinária inserta no Código Civil ou na Lei de Publicação de Diplomas, pois independente das expressões “lei” e “diploma” se aplicarem efetivamente à situação concreta, o que é duvidoso, parâmetros ordinários não são passíveis de utilização em escrutínio constitucional, em relação à publicação limita-se a consagrar um princípio constitucional objetivo, o qual, por si só, não contém qualquer subjetivação necessária.

6.2.3. Portanto, por mais importante que seja o princípio da publicidade dos atos normativos do poder público consagrado nessa disposição, não remetendo ao conceito normativo ou ao conceito dogmático de direito, liberdade e garantia, não se pode constituir em parâmetro de um escrutínio de amparo, havendo meios próprios concebidos para arguir a incompatibilidade desse tipo de ato com normas que portam natureza constitucional.

6.3. Os parâmetros que o recorrente infere da Constituição de uma garantia constitucional fundamental de imunidade parlamentar, de uma garantia fundamental de não ser responsabilizado por emitir opiniões no exercício das suas funções de deputado inferida ou a uma garantia ao foro privilegiado também não parecem reconduzíveis ao conceito de direito, liberdade e garantia fundamentais, designadamente porque sequer são direitos fundamentais e muito menos estariam na titularidade direta do recorrente.

Aparentemente, a base de sustentação dessas alegadas garantias que o recorrente apresenta de forma subjetivada seriam essencialmente os artigos 148, parágrafo primeiro; 123-124, 170 e 55 da Constituição. Todavia, a maior parte destas normas não tem a mínima aptidão para delas se extrair a garantia fundamental de que o recorrente se julga titular, nomeadamente porque:

6.3.1. A primeira limita-se a regular o funcionamento da Comissão Permanente, nada se referindo sobre direitos subjetivos individuais;

6.3.2. A derradeira é um direito genérico de qualquer “cidadão de participar na vida política diretamente e através de representantes livremente eleitos”, de tal sorte que a menos que estejam em causa razões que o recorrente não densificou, não se consegue entender como dela se inferir posição jurídica individual específica do deputado assente num direito, liberdade e garantia de “imunidade parlamentar”, como tal passível de amparo;

6.3.3. As segundas estabelecem o regime de responsabilidade dos titulares de cargos políticos e contêm uma cláusula necessariamente imperfeita porque destinada a ser completada por outras para as quais remete ao dizer que “os titulares dos cargos políticos gozam dos direitos, liberdades, regalias e imunidades e estão sujeitos aos deveres estabelecidos na Constituição e na lei”.

6.4. E é relevante só na medida em que remete no caso dos deputados para os artigos 167 a 170 da Carta Magna, que fixam um regime constitucional de direitos e regalias dos deputados; pronunciam-se sobre os seus poderes; arrolam os seus deveres e dispõem sobre um conjunto de prerrogativas parlamentares.

6.4.1. A única vez que o legislador se refere a direitos nesse segmento, fá-lo remetendo ao livre-trânsito, ao cartão especial de identificação, ao adiamento do serviço militar ou cívico, aos subsídios prescritos na lei e a outros estabelecidos no Estatuto dos Deputados;

6.4.2. E associando a expressão a regalias, portanto a privilégios especiais usufruídos pelos membros do Parlamento, no essencial não reconduzindo a nenhuma

noção aceitável de direito, liberdade e garantia fundamental, mas, antes, integrando-os ao quadro do regime constitucional estatutário especial do deputado composto por direitos, deveres e regalias previstos na Lei Fundamental e expandidos por legislação ordinária. Por mais importantes que possam ser para o funcionamento da República, seguramente não são nem direitos fundamentais, nem muito menos direitos, liberdades e garantias.

6.5. De resto, o único preceito que indica que remete a questões de imunidades parlamentares, são os parágrafos do artigo 170, nomeadamente o número 1, ao dispor que “pelos votos e opiniões que emitirem no exercício das suas funções, os Deputados e os Grupos Parlamentares não respondem civil, criminal ou disciplinarmente”; o número 2, nos termos do qual “nenhum deputado pode ser detido ou preso preventivamente, sem autorização da Assembleia Nacional, salvo em caso de flagrante delito, por crime a que corresponda pena de prisão, cujo limite máximo seja superior a três anos”, e, ainda, o número 3, assim redigido: “os deputados respondem perante o tribunal de segunda instância pelos crimes cometidos no exercício de funções”.

6.5.1. Mesmo que não seja labor do Tribunal Constitucional apreciar a razão de manutenção desses preceitos na Lei Fundamental, nem alinhando, nem deixando de alinhar com a tese normativa de se estar perante instituição anacrónica (Hans Kelsen, *Esencia y Valor de la Democracia*, Rafael Luengo Tapia & Luis Legaz y Lacambra (trad.), Barcelona/Buenos Aires, Labor, 1934, p. 68), também não pode assentir que ela seja objeto de ampliações conceptuais indevidas conducente à subjetivação do preceito, que não têm qualquer base de fundamentação. Porque nenhuma dessas disposições consagra qualquer direito, liberdade e garantia fundamental e a forma como estão redigidas é sintomática de que são, simplesmente, prerrogativas parlamentares formuladas para a proteção da Assembleia Nacional, filosoficamente justificadas pelo princípio da separação e da interdependência dos poderes como forma de precaver que os trabalhos parlamentares sejam turbados pela ingerência de poderes externos, nomeadamente do judicial;

6.5.2. E a indicação é evidente porque, se é ainda possível dizer-se que em relação à imunidade material, na forma de irresponsabilidade, e à prerrogativa de foro se reflitam efeitos garantísticos, não reconduzíveis ao conceito de direito, liberdade e garantia, no que diz respeito à inviolabilidade, até isso está em falta, haja em vista que não existe

nenhum direito, liberdade e garantia fundamental que possa ser objeto de renúncia de entidade que não do seu titular, como a suposta garantia à inviolabilidade parlamentar, a qual, afinal, pode ser ultrapassada por decisão do próprio Parlamento, se este autorizar, o que demonstra, neste particular, que não é mais do que uma prerrogativa institucional deste órgão de soberania, ficando sujeito à sua discricionariedade, e somente passível de ser invocada em escrutínio de constitucionalidade normativa;

6.5.3. E, por razões constitucionalmente compreensivas, na medida em que qualquer solução diversa exporia o legislador constituinte a notória oposição com o valor constitucional da igualdade, na medida em que em tal circunstância de extrapolação subjetiva fundamental, as imunidades, no sentido amplo, teriam a natureza subjetiva de um injustificável privilégio pessoal do deputado, o que não parece decorrer de intenção por manifestada pelo redator da Constituição, além de conduzir a Lei Fundamental a uma situação de contradição interna entre um valor e princípio constitucional estruturante e uma norma constitucional de organização do Estado;

6.5.4. Ademais, tem no seu bojo contexto no qual alguém que abstratamente atua em nome do Estado, enquanto membro de um órgão de soberania, assume um direito, liberdade e garantia do indivíduo, numa relação jusfundamental, estrutural e dogmaticamente marcada por uma relação verticalizada entre uma pessoa e o poder público e não entre dois órgãos do poder público, os seus respetivos titulares ou entre uns e outros, quando o que os detentores de cargos públicos usufruem são de posições estatutárias situacionais. Como se assentou recentemente no *Acórdão 123/2023, de 24 de julho, Município da Praia v. Tribunal de Contas, Inadmissibilidade por Falta de Legitimidade da Entidade Recorrente*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, N. 81, 1 de agosto de 2023, pp. 1626-1632, 4.6. tais direitos “estão especificamente associados a uma relação primacialmente verticalizada entre o Estado e os indivíduos e outros particulares, de modo mais limitado. Naturalmente, o Tribunal não fica preso a uma conceção fechada de direitos fundamentais ancorada de forma absolutista nos cânones liberais clássicos dos quais se originaram. Fiel à Constituição, aceita que, estando também os particulares vinculados moderadamente aos direitos, liberdades e garantias nos termos do artigo 18, o legislador constituinte também considerou certas relações entre particulares como constitutivas de relações jusfundamentais. O que já não pode aceitar, por não ter qualquer base constitucional ou

legal, é a inversão da mesma, através da jusfundamentalização das relações entre potestades públicas, no quadro de um recurso de amparo, (...)”.

6.6. Por conseguinte, estando o recurso de amparo limitado a escrutínios resultantes de condutas que lesem direitos, liberdades e garantias, isto é, um conjunto de posições jurídicas nucleares da pessoa humana previstas pela Constituição que impõe deveres de abstenção ou de reconhecimento aos poderes públicos, e não se podendo considerar as imunidades como mais do que prerrogativas do Parlamento em face de outros poderes, que somente reflexamente geram interesses e posições jurídicas pessoais, não se pode considerar esses parâmetros no âmbito do presente escrutínio de violação da única categoria de direitos amparáveis, conforme o artigo 20 da Lei Fundamental.

6.7. Afasta-se igualmente todos os parâmetros ordinários invocados, os quais, por mais importantes que sejam, são território soberano dos tribunais judiciais dentro do qual o Tribunal Constitucional não adentra.

6.8. A determinação final da ocorrência de violação imputável ao órgão judicial recorrido é feita na fase de mérito. No momento de avaliação da presença dos pressupostos e requisitos de admissibilidade basta que o Tribunal avalie a possibilidade racional e abstrata de a conduta impugnada ser suscetível de ter sido praticada direta, imediata e necessariamente pela entidade recorrida.

6.8.1. O que se observa de imediato é que não é nada líquido que aos atos judiciais recorridos do Egrégio STJ se possa atribuir todas essas condutas, o que se avaliará a seguir:

6.8.2. Alega-se que, em relação à conduta descrita em 5.2.4, segundo a qual o STJ terá omitido pronúncia em relação às alegações de que o *Acórdão 17/TC/2023* padeceria de uma tríplice inconstitucionalidade, devendo ser declarada a sua falsidade.

A – Porém, mesmo o mais rápido dos olhares que seja lançado à decisão recorrida permite concluir que essa assertiva não corresponde à verdade e resulta de uma confusão entre uma omissão de pronúncia decorrente do silêncio de um tribunal em apreciar um pedido feito por um interveniente processual e a invocação de um fundamento de

prejudicialidade para não discutir o mérito da mesma, o objeto da mesma, que é um ato. Como já se tinha lavrado em outro acórdão, “não se pode dizer que o órgão judicial recorrido não conheceu a questão, simplesmente omitindo-se de se pronunciar sobre ela. Antes, não conheceu o objeto (...) porque considerou-o prejudicado (...)” (*Acórdão 155/2023, de 11 de setembro, Anilson Carvalho Silva v. STJ, Admissibilidade Parcial Restrita à eventual omissão do órgão judicial recorrido de se pronunciar sobre as questões de inconstitucionalidade normativa suscitadas pelo recorrente*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 114, 2 de novembro de 2023, 2311-2323, 9.3.3). O fundamento utilizado pelo Acórdão impugnado de N. 138/2023 em relação a esta questão foi o de retomar a argumentação que tinha utilizado no *Acórdão N. 137/2023*, que, por seu turno, acolhera entendimento de que “por se tratar de decisão do Tribunal Constitucional proferida em sede de fiscalização sucessiva da constitucionalidade, a mesma tem força obrigatória geral, pelo que vincula a todas as entidades públicas e privadas, como, aliás, decorre de forma lúdima do disposto no artigo 284 da [CRCV]”. Assim, repetiu que “por se tratar de uma decisão legítima do Tribunal Constitucional, entidade a quem, nos termos da Constituição, incumbe, em última instância, apreciar e decidir de questões de constitucionalidade e que, no âmbito do pedido de fiscalização abstrata, vincula todas as entidades públicas e privadas, este Supremo Tribunal de Justiça sequer tem jurisdição para conhecer de quaisquer inconstitucionalidades”,. Por conseguinte, não se está perante nenhuma omissão de pronúncia, mas, antes, de uma decisão que, depois de apreciar a questão colocada, decide-se ter o conhecimento do fundo ficado prejudicado pela ausência de jurisdição.

A haver alguma conduta que se poderia imputar ao órgão judicial recorrido deveria ter sido esta. Mas, ainda assim, com nula viabilidade, porquanto, como o Tribunal Constitucional tem assentado e o Supremo Tribunal de Justiça reconheceu, tanto a Lei Fundamental, na alínea a) do n.º 1 do seu artigo 215, como a Lei do Tribunal Constitucional, no seu artigo 11, atribuem competência para proceder à fiscalização de constitucionalidade e legalidade ao Tribunal Constitucional. E é a própria Carta Magna a fixar os efeitos das decisões tomadas pelo Tribunal Constitucional de forma ampla e absoluta ao proclamar no artigo 284, parágrafo primeiro, que “os acórdãos do Tribunal Constitucional que tenham por objeto a fiscalização da constitucionalidade ou ilegalidade, qualquer que tenha sido o processo em que hajam sido proferidos, têm força obrigatória geral”, que, por definição, primeiro, têm força de caso julgado, o que impede

que a mesma questão possa ser objeto de recurso ou reapreciada no mesmo processo ou em outro processo com objeto idêntico e, segundo, eficácia frente a qualquer entidade pública, impondo-se aos outros tribunais, à administração, ao legislador e ao poder moderador.

Como, de resto, este mesmo Tribunal Constitucional já se tinha pronunciado quando assentou que, por oposição às decisões que sejam prolatadas no quadro de um recurso de amparo, as que se prolatem em sede de recurso de fiscalização da constitucionalidade, “têm força obrigatória geral, conforme disposto no artigo 284, parágrafo primeiro, da Constituição, devendo ser seguidas por todos os tribunais em qualquer processo em que forem de se aplicar, criando uma situação de quase precedente vertical (...)” (*Acórdão 149/2023, de 4 de setembro, Arinze Martin Udegbonam v. STJ, Admissão a trâmite de conduta atribuída pelo recorrente ao STJ de, através do Acórdão 102/2023, ter negado conceder o habeas corpus requerido, rejeitando estar-se perante prisão por facto que a lei não permite, na medida em que ela se terá fundamentado em decisão condenatória já transitada em julgado, malgrado o recorrente ter interposto recurso de amparo que foi admitido em relação a esta decisão e que aguarda apreciação no mérito*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 95, 12 de setembro de 2023, pp. 2019-2029, 5.2.3).

Assim sendo, não haveria qualquer base para o Egrégio STJ se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de um acórdão do Tribunal Constitucional. Aliás, caso isso fosse possível, escusava-se o recorrente de trazer qualquer recurso de decisões do Venerando STJ ou de qualquer outro tribunal judicial a esta Corte porque esses órgãos de soberania ainda manteriam um poder para reverem as decisões que fossem proferidas, cabendo-lhes a última palavra, e criando uma inversão logicamente insustentável do sistema de fiscalização da constitucionalidade;

B – A omissão de pronúncia sobre o incidente de falsidade também não se verifica, posto que o STJ apreciou a questão, ficando assente no *Acórdão 140/STJ/2023, de 11 de julho de 2023*, que estar-se-ia perante um incidente pós-decisório anómalo, sem cobertura legal (pág. 4, parágrafo terceiro), colocado extemporaneamente, num momento em que já se encontrava exaurido o poder jurisdicional desse tribunal, ficando, por isso, prejudicada a sua apreciação. Portanto, há pronúncia, decidindo o Tribunal indeferir o

requerimento com objeto único. De resto, em matéria que, pelas razões já apontadas, não remete, por si só, a qualquer direito, liberdade ou garantia do recorrente e assente em impugnação de viabilidade nula, haja em vista que nenhuma competência tem o STJ para declarar a falsidade de acórdãos do Tribunal Constitucional, que, pelos motivos expostos, tenham força obrigatória geral. Não fosse assim teria uma boa razão para aquele Alto Tribunal se furtar ao cumprimento de qualquer decisão de procedência que, eventualmente, se venha a adotar no âmbito do presente recurso de amparo, caso o mérito de alguma questão venha a ser apreciada. Bastaria que apreciasse de ofício uma suposta falsidade do acórdão e se recusasse a cumpri-lo. O recorrente haverá de convir que essa incursão argumentativa que promove desafia toda a lógica de funcionamento do sistema e que, como disse o órgão judicial recorrido, não tem qualquer cobertura legal, além de se constituir num precedente nocivo para as próprias pretensões que tem no âmbito destes autos;

C – Mesmo o parâmetro subjetivo que o recorrente invoca neste caso, a garantia contra omissões processuais lesivas, não tem o condão de transformar a viabilidade desta impugnação, considerando que só haveria omissão processual lesiva quando há um dever de ação, o qual também fica afastado, na medida em que não existe qualquer obrigação decisória em situação em que um tribunal não possa conhecer do objeto do pedido por não preenchimento de pressupostos de admissibilidade ou requisitos processuais, sobretudo quando não tenha competência.

6.8.3. O mesmo acontece com a conduta impugnada no ponto V da peça de aperfeiçoamento, que consistiria na recusa do STJ, através do *Acórdão 137/2023*, em reconhecer a falta de autorização da Assembleia Nacional para ouvir o deputado Amadeu Oliveira, por igual inimputabilidade de conduta ao ato judicial recorrido. Pela razão de que o Supremo Tribunal de Justiça não conheceu o mérito das alegações, escudando-se mais uma vez na prejudicialidade da questão, decorrente do facto de o Tribunal Constitucional já ter decidido a questão em sede de fiscalização sucessiva abstrata, através do *Acórdão 17/2023, de 1 de março*, por a mesma ter força obrigatória geral, vinculando por isso todas as entidades públicas e privadas, conforme disposto no artigo 284 da Constituição da República, deveria se abster de se pronunciar sobre tal matéria.

A – Como se pode perceber pela leitura do que consta dos autos (pág. 110 e ss do *Acórdão 137/STJ/2023*), a conduta impugnada pelo recorrente teria por fundamento a sua discordância com o procedimento levado a cabo na fase preliminar do processo onde teria alegado que, enquanto deputado da nação, não podia ter sido detido antes do despacho de pronúncia e sem a prévia suspensão do seu mandato e nem ouvido como arguido no processo sem a prévia autorização da Assembleia Nacional. Por essa razão pediu ao STJ que declarasse a inconstitucionalidade e a ilegalidade da Resolução da Comissão Permanente da Assembleia Nacional nº 3/X/2021, de 12 de junho de 2021.

B – E foi esse o pedido discutido pelo Egrégio STJ, que chegou ao entendimento de que, como entretanto a questão fora decidida em processo próprio pelo TC e que esta Corte possui competência para declarar definitivamente a inconstitucionalidade de normas ou resoluções de conteúdo material normativo ou individual e concreto em processo de fiscalização sucessiva de constitucionalidade já havia decidido no *Acórdão 17/2023, de 1 de março*, não declarar a inconstitucionalidade e a ilegalidade da Resolução da Comissão Permanente da Assembleia Nacional nº 3/X/2021, de 12 de julho de 2021.

C – Portanto, o ato do órgão judicial recorrido foi simplesmente o de considerar que na sequência da decisão do Tribunal Constitucional, através do *Acórdão 17/2023, de 1 de março*, a questão se mostra já solucionada e consolidada no ordenamento jurídico

6.8.4. Não se encontra igualmente no acórdão impugnado uma menção específica a respeito do mérito da suposta ineficácia da *Resolução N.º 3/IX/2021* decorrente de ausência de prévia publicação e de *vacatio legis*. Mais uma vez, estas questões foram resolvidas em bloco pelo ato judicial recorrido, remetendo genericamente para o facto de elas estarem definitivamente fechadas pelos efeitos decorrentes do *Acórdão N. 17/2023, de 1 de março*, prolatado por este Tribunal, encontrando-se, no entendimento do órgão judicial recorrido, integralmente prejudicadas. Se o recorrente entendesse que os efeitos desta decisão não impediam o Egrégio STJ de se pronunciar sobre esta questão, teria de construir a sua impugnação dirigida a este tribunal especial em conformidade, o que não aconteceu. Havendo ainda dois obstáculos que sempre poderiam colocar entraves à cognoscibilidade desta questão no mérito.

A – Primeiro, o facto de não ser líquido que a suposta violação tenha sido suscitada logo que o recorrente dela teve conhecimento, haja em vista em que não se conseguiu encontrar nas reações que dirigiu aos tribunais imediatamente a seguir ao ato originalmente lesivo desses alegados e inexistentes direitos menção a esta questão da ausência de publicação e à ausência de observância da *vacatio legis*. Com efeito, se a violação originária foi perpetrada com a sua detenção fora de flagrante delito e consequente privação da liberdade no dia 18 de julho de 2021 a mando da Procuradoria da República do Círculo de Barlavento e apresentado a juiz no dia seguinte para efeitos de primeiro interrogatório, teria nesta sede a oportunidade de suscitar a violação logo que ela tivesse acontecido e pedido a devida reparação ao primeiro órgão judicial interveniente no processo. Não o fez. Depois de proferido o despacho de decretação de medida de coação de prisão preventiva reclamou para a conferência, reação processual entretanto não-admitida, e dirigiu recurso ao STJ, mas também não parece que tenha suscitado a questão desta violação e pedido reparação nas peças que dirigiu a esses órgãos judiciais. Isso apesar de ter suscitado outras questões associadas ao estatuto de deputado que invocara. A primeira vez que parece ter sido mencionada foi numa peça datada de 28 de setembro de 2021, em que promoveu, de entre outras coisas, a tese da nulidade da sua detenção, portanto mais de dois meses depois de esta ter ocorrido e muito tempo depois de ter ocorrido a alegada lesão.

B – Segundo, e mais decisivo, há manifesta ausência de fundamentalidade dessa impugnação. Desde logo porque o parâmetro invocado pelo recorrente, por razões já expostas, o princípio da publicidade decorrente do artigo 269 da Lei Fundamental, é um princípio objetivo do sistema constitucional e não propriamente um direito, liberdade e garantia. Assim, quando muito eventuais interpretações que atingissem esse princípio teriam de ser impugnadas por meio de um recurso de fiscalização concreta e não através de um recurso de amparo, desde que, naturalmente, portassem natureza normativa;

6.8.5. O recorrente impugna ainda a decisão do Supremo Tribunal de Justiça por, alegadamente, se ter recusado a reconhecer a existência de cláusulas de exclusão de culpa, por omissão de pronúncia, “tal como vertido no [A]córdão n.º 137/STJ/2023”.

A – Para além do facto de não se ter, neste particular, formulado pedido de reparação de forma juridicamente adequada, posto que o requerente, no requerimento

dirigido ao STJ, onde arguiu a “invalidade/nulidade por inconstitucionalidade” das condutas impugnadas junto ao Tribunal Constitucional, no caso desta conduta concreta, apesar de na parte das conclusões (págs. 238 e 239), dizer que se roga “ao STJ que aprecie e decida no sentido de reconhecer que, mesmo na hipótese académica de o Arguido ter cometido algum crime, então impõe-se reconhecer que o mesmo agiu motivado por COMPAIXÃO, e ao abrigo das cláusulas de Exclusão de ilicitude (...)”, na parte em que dá enquadramento aos “Pedidos Finais” não faz referência a qualquer pedido de declaração de nulidade em relação à alegada omissão verificada no *Acórdão 137/STJ/2023* em relação a esta questão; assim, esta conduta omissiva, segundo o recorrente, não pode ser imputada ao Egrégio STJ.

B – Porque o que se observa do ato judicial recorrido é que esse órgão a páginas 163-164 discorre sobre as alegações de legítima defesa/direito de resistência, estado de necessidade desculpante e erro/falta de consciência sobre a licitude, e pronuncia-se a respeito, chegando à conclusão de que nenhuma delas procederia. Independentemente de se concordar ou não com o seu sentido, o facto é que se está longe de uma situação de omissão de pronúncia. Destarte, esta conduta não é cognoscível também.

6.9. No mais, se foi essa a intenção, já que o segmento permanece obscuro, é duvidoso imputar-se ao órgão judicial recorrido a conduta de, através do *Acórdão 137/STJ/2023*, ter condenado o recorrente, sem reconhecer que ele, alegadamente, terá sido julgado por um tribunal territorialmente incompetente: o TRB. Mais uma vez não parece que se tenha pronunciado nessa decisão sobre a questão de se saber se o tribunal que conduziu o julgamento era territorialmente competente. Fundou a sua decisão de não apreciar a alegação por ter considerado que a questão em si ficara prejudicada pelo facto de sobre ela se ter pronunciado no *Acórdão 128/2022, de 16 de dezembro*, entendendo especificamente que não teria de a apreciar outra vez. Somente se for esta a conduta que pretenderia imputar ao STJ, deficientemente formulada por sinal, é que se poderia considerar ultrapassado o presente pressuposto.

6.9.1. Em relação à conduta consubstanciada no facto de o Supremo Tribunal de Justiça se ter recusado a reconhecer a incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento e ter mantido a sua decisão sobre esta questão no *Acórdão 138/STJ/2023*, verifica-se que ao ter conhecido desta questão, no *Acórdão 137/STJ/2023*, posicionou-se

questionando se ante a decisão anteriormente proferida pelo tribunal *a quo*, em sede de julgamento, consignada em ata, a fls. 2539 e 2540, na qual, com os fundamentos aí vertidos, arrogava-se, na linha das anteriores decisões, territorialmente competente para proceder ao julgamento da causa, poderia o mesmo tribunal, desta feita, em sede de decisão final, voltar a apreciar a mesma questão;

6.9.2. Em resposta a esta questão, o STJ respondeu que não, pela simples razão de entender que, pelo facto de no nosso sistema processual estar consagrado o princípio do esgotamento do poder jurisdicional, em decorrência do qual vem estatuído no artigo 408º, números 1 e 5, do CPP, uma vez proferida a sentença (acórdão) ou despacho judicial fica, imediatamente, esgotado o poder do juiz relativamente à matéria da causa, salvaguardando-se desse exaurimento apenas aquelas situações elencadas no número 2 do referido preceito normativo e aquelas constantes do subsequente artigo 410. Nessa linha de raciocínio diz ainda que, no caso em apreço, pelo facto de o Tribunal da Relação de Barlavento ter decidido na fase inicial do julgamento que era o tribunal competente em razão de território para proceder ao julgamento da causa, fundamentando esse entendimento, estava-lhe vedado em sede de decisão final voltar a pronunciar-se sobre a mesma questão, mesmo para reafirmar tal competência. Ficando, no entanto, salvaguardada a possibilidade de poder, sobre a mesma matéria, voltar a debruçar-se em decorrência de revogação da anterior decisão, por via de decisão recursória, aquando da prolação do acórdão recorrido, coisa que não chegara a suceder. Por isso considera que o tribunal *a quo* terá incorrido no vício de excesso de pronúncia, ao voltar a apreciar e decidir sobre a própria competência territorial, quando já o tinha feito na mesma fase processual, impondo-se por isso a revogação do segmento do acórdão recorrido (28/TRB/22-23) que apreciou a competência territorial do tribunal.

6.9.3. Por conseguinte, não se pode considerar que o Tribunal recorrido se tenha recusado a reconhecer a incompetência territorial do TRB. Isso na medida em que se limitou a considerar que, tendo a decisão relativa ao recurso sobre a questão transitado em julgado e formado caso julgado formal, não poderia se pronunciar sobre a questão com os fundamentos apresentados;

6.9.4. Tendo o recorrente também dito que pretendia que se entendesse que essa questão ainda não foi decidida com trânsito em julgado, admite-se, *in extremis*, que foi essa a conduta que pretendeu impugnar, daí aceitar-se conhecer esse segmento do recurso.

6.10. Essencialmente por não imputabilidade de condutas ao órgão judicial recorrido acrescidas do não preenchimento de outros pressupostos de admissibilidade não são cognoscíveis as condutas descritas em 5.2.4, 5.2.5, 5.2.6, e 5.2.11.

6.10.1. Escusa-se, portanto, o Tribunal Constitucional de continuar a avaliar a sua correspondência com os outros pressupostos de cognoscibilidade, pois basta que um dos pressupostos gerais ou especiais não esteja presente para não se admitir a questão a trâmite.

6.10.2. Subsistindo as demais condutas que podem, em abstrato, ter sido praticadas pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça.

7. A forma como a parte relativa aos pedidos de amparo que pretende que lhe sejam outorgados pelo Tribunal Constitucional foi estruturada não parece ser a mais precisa, pelo que terá que ser o Tribunal a garimpar de entre os pedidos solicitados quais os amparos pretendidos pelo recorrente.

7.1. Sendo evidente que determinados pedidos não poderão ser satisfeitos pelo Tribunal Constitucional, que não é um tribunal ordinário para proceder a certas determinações;

7.2. Cabendo-lhe, em situações normais, simplesmente devolver os autos ao órgão judicial para que este adeque eventual decisão anulada à interpretação conforme aos direitos fundamentais que eventualmente seja adotada pelo Tribunal Constitucional.

8. Ademais, consideram-se pressupostos especiais aplicáveis às situações em que o recurso de amparo é colocado contra conduta do poder judicial que ela seja expressa e formalmente invocada no processo logo que o ofendido tenha dela recebido comunicação, que se tenham esgotado as vias legais de recurso e que tenha sido requerida reparação.

8.1. A lei coloca, deste modo, um ónus sobre o titular do direito de suscitar a questão no processo logo que o ofendido tenha tido informação sobre o ocorrido, uma exigência que depende de o recorrente ter tomado conhecimento da violação, nomeadamente através de comunicações judiciais ou de consultas aos autos, e de haver mecanismos processuais previstos para alegar o que entender em sua defesa.

8.1.1. Com as exceções de casos em que por não se ter alegado oportunamente não houve qualquer pronunciamento do STJ, em relação às demais condutas que se pode continuar a verificar se são cognoscíveis no âmbito deste recurso

8.1.2. Não suscitou foi a questão de não ter sido notificado pessoalmente de uma suposta segunda acusação logo que dela tomou conhecimento, posto que dos autos verifica-se facilmente que do despacho de acusação foi ele notificado, e, em seguida, foram notificadas as suas advogadas. Estas, presume-se com o conhecimento do recorrente, que aparentemente manteve nelas confiança até essa fase, requereram com base na acusação deduzida que lhes foi notificada no dia 22 de novembro de 2021, a realização de Audiência Contraditória Preliminar a 30 do mesmo mês, e, arguindo a nulidade da acusação, utilizaram o facto de se ter deduzido acusação pública como fundamento de um pedido de alteração de medidas cautelares, só vindo a colocar a questão na própria audiência contraditória preliminar, sem atacar propriamente a situação de não ter sido notificado pessoalmente, mas, antes, a circunstância de se tratarem de duas acusações diferentes e o facto de nelas constarem assinaturas distintas;

8.1.3. Diga-se que em relação a uma questão que não tem a mínima dimensão constitucional, haja em vista que se refere a acusação da qual resultou decisão de absolvição: a de que teria cometido o crime de coação ou perturbação do funcionamento de órgão constitucional, constando da parte dispositiva do acórdão condenatório que acusado de tal crime, decidiu o Coletivo do TRB “absolver o arguido (...) da prática do crime de coação ou perturbação do funcionamento de órgão de soberania (...)”. Pela simples razão de que para efeitos do recurso de amparo o único aspeto relevante é o de saber se houve dano a posição jurídica assente num determinado direito, liberdade e garantia que se invoca. Não havendo, são absolutamente irrelevantes as discussões que se encetem a partido do direito ordinário sobre a natureza dos vícios e nulidades. Por conseguinte, numa circunstância de dano inexistente, considerando que a única diferença

entre a versão do libelo comunicada e a versão do libelo não comunicada ao recorrido relevaria para um crime do qual o arguido foi absolvido nada haveria a apreciar do ponto de vista jusfundamental.

8.1.4. De resto, mesmo que se desse por ultrapassada esta questão de não-cumprimento do dever de suscitação imediata das violações, logo assim que se tenha tomado conhecimento, seria inócuo continuar a escutinar esta conduta, pelo facto de ela conduzir claramente a uma situação de aplicação de não-admissão de recurso de amparo por manifesta inexistência de violação de direito, liberdade e garantia e por existência de jurisprudência do Tribunal Constitucional que rejeitou recursos com o objeto idêntico, nos termos do estabelecido pelo artigo 16, alíneas e) e f) da Lei do Amparo e do *Habeas Data*.

8.1.5. Com efeito, a jurisprudência firmada por esta Corte sobre a matéria em discussão, como se pode ver pelo exposto no *Acórdão 50/2019, 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 14, 4 de fevereiro de 2020, pp. 337-347, 2., vai no sentido de que, do ponto de vista constitucional, o que interessa é o recorrente, enquanto arguido, titular de uma garantia de defesa em processo penal, de uma garantia de recurso em processo penal e de uma garantia a um processo justo e equitativo, tomar conhecimento de uma decisão judicial impugnável ou passível de qualquer meio de reação. Já “[a] forma concreta como o sistema jurídico ordinário o faz e as presunções que a este respeito acolhe desde que realizem esse fim são legítimas enquanto questões de mera legalidade. Assim, relevante é que o arguido tenha conhecimento da decisão contra ele proferida. Esta é a exigência do contraditório, da ampla defesa, do direito ao recurso e do direito ao amparo”. Veja-se ainda o disposto no *Acórdão 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1710-1716, para. 5.2.3-5.4.; *Acórdão 19/2020, de 8 de maio, Paulo Alexandre Monteiro Ramos Andrade v. STJ, sobre garantia a não se ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 86, 23 de julho de 2020, pp. 1836-1847, para. 4.3.1.; *Acórdão 25/2021*,

de 30 de abril, Walter dos Reis v. STJ, sobre violação de garantia de não ser sujeito a prisão preventiva sem ser ouvido, do direito ao contraditório e à defesa, do direito à audiência prévia e ao recurso, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 62, 21 de junho de 2021, pp. 1895-1902, 3.3.; Acórdão 34/2022, de 5 de agosto, Maria Augusta v. STJ, sobre violação de posição jurídica de receber comunicação de decisões penais desfavoráveis e do direito ao recurso, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1952-1954, 2.

8.1.6. Asseverou ainda o Acórdão 50/2019, 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório, Rel: JC Pina Delgado, 2.4, que “[a]s situações em que o arguido deveria ter tomado o conhecimento não são difíceis de se conjecturar, nomeadamente em situação em que se encontra em prisão preventiva e o prazo expira e o mesmo não faz nada, ou em circunstância em que o recorrente estava em liberdade, mas é detido e conduzido à cadeia civil para cumprimento de pena. Outros contextos permitiriam também presumir tomada de conhecimento, invertendo-se nestes casos específicos o ónus da prova. Seriam aqueles casos em que o arguido mantém o mesmo mandatário judicial, pois não parece crível que o mesmo não tivesse transmitido o conhecimento do conteúdo da decisão ao arguido”;

8.1.7. No caso em apreço, como se pode aferir do relatado nos autos, o recorrente, diretamente ou através das suas advogadas, que se presume acertarem qualquer estratégia processual em devida articulação com ele, também advogado de profissão, não só tiveram conhecimento da acusação como requereram Audiência Contraditória Preliminar. Assim sendo, ainda que o recorrente não tivesse sido notificado de um dos despachos acusatórios, tendo reagido ao mesmo as advogadas, requerendo a realização de ACP, não se poderá considerar que se tenha violado qualquer direito, liberdade ou garantia processual do arguido por uma conduta que foi originariamente praticada pelo Ministério Público.

8.1.8. Designadamente através da peça em que se requereu a realização da ACP refere-se expressamente ao artigo 3º da Lei 85/VI/2005, de 26 de janeiro – quando destacam argumentário referente à acusação de prática do crime de coação ou perturbação de órgão constitucional, tecendo considerações nos parágrafos 58-60, inclusive de que

ficaria “excluída a possibilidade de acusar o arguido por qualquer crime previsto na lei geral, que não faça expressa referência ao exercício de funções por parte de titulares de cargos políticos, incluindo o crime punível no artigo 314”;

8.1.9. Por conseguinte, esta conduta não é admitida a trâmite;

8.1.10. Em relação às demais condutas ainda em apreciação pode-se concluir que as alegadas violações de direitos foram tempestivamente suscitadas.

8.2. De outra parte, dispõe o artigo 6º que “o recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei de processo”.

8.2.1. A fórmula utilizada vai num sentido extremamente amplo porque referindo-se a meios legais abarca mecanismo que seja idóneo assegurar a defesa de direitos e interesses legítimos seja ela pré-decisório, decisório ou pós-decisório; ordinário, extraordinário ou especial. Do que decorre o efeito evidente de que, neste caso por motivos evidentes, enquanto os mecanismos pré-decisórios de tutela através da submissão de requerimentos vários podem ser absorvidos pela necessidade de recurso ordinário decorrente do segundo segmento da disposição, o facto de inexistirem recursos ordinários disponíveis não isenta os titulares do direito de terem de utilizar qualquer via legal decisória prevista na respetiva lei de processo, desde que ela seja hábil a produzir o efeito de proteção do direito. Isso, na medida em que preservado o poder jurisdicional do tribunal recorrido em relação à questão colocada, por exemplo uma nulidade, este possa revogar a sua própria decisão;

8.2.2. Na situação concreta que temos em mãos, é evidente que não subsistia qualquer meio judicial ordinário para impugnar a decisão do STJ, não se podendo acusar o recorrente de não ter explorado todos os mecanismos pós-decisórios disponíveis;

8.2.3. Dispõe ainda a lei constitucional aplicável que o pedido de amparo contra condutas do poder judicial depende de ter “sido requerida reparação”, condição essencial para, por um lado, garantir que os tribunais judiciais, que também são órgãos de proteção de direitos, possam reparar eventuais lesões que tenham ocasionado, e, do outro, evitar

que o Tribunal Constitucional seja inundado de súplicas de amparo que pudessem ter sido resolvidas e ultrapassadas através da intervenção dos tribunais judiciais e garantir que quando ele intervenha todos os argumentos já tenham sido apresentados e discutidos e a questão já esteja estabilizada e amadurecida. Sendo assim, tendo o *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, 1.2.2, assentado entendimento de que é mister verificar se uma imputação de vulneração de direito que é submetida foi precedida da colocação da questão ao órgão judicial recorrido em moldes que este a pudesse apreciar e reparar, a partir do *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, esta Corte Constitucional tem sustentado a imprescindibilidade de se confirmar que houve pedido de reparação, passando, já na fase de admissibilidade, a avaliar o cumprimento do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 3 em conjugação com o disposto no artigo 6. Portanto, para haver esgotamento das vias ordinárias de recurso é preciso que se prove ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perçíveis, que se tenha requerido a sua reparação, que a violação não tenha sido reparada e que, no momento em que se requer o amparo ao Tribunal Constitucional, processos paralelos, passíveis de garantir a tutela do direito, não estejam a tramitar em qualquer outra instância (*Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 2 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, d); *Acórdão 45/2021, de 6 de outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, d)).

Havendo, por motivos evidentes, flexibilidade para se o fazer através de meios ordinários ou extraordinários, é exigência incontornável que se assim se proceda, tanto nos casos em que se lhe atribui uma violação por ação, como uma violação por omissão.

8.3. No caso vertente, não haverá dúvidas de que as peças em que se requereu a nulidade dos acórdãos por estes alegadamente portarem nulidades e inconstitucionalidade contêm pedidos de reparação, ainda que num caso imperfeitamente formulado.

8.3.1. Construindo-se longamente teses que confrontavam o órgão judicial recorrido com putativas violações de direitos;

8.3.2. O qual, no entanto, em função de doutos argumentos que articulou, entendeu que não se verificavam, decidindo por essa razão indeferir os pedidos que lhe foram endereçados.

9. Sendo assim, dá-se por preenchidas todas as condições de admissibilidade em relação a oito das treze condutas que impugnadas pelo recorrente, o que não significa que se tenha de admitir o recurso neste particular. Nomeadamente porque pode dar-se o caso de serem aplicáveis as causas especiais de inadmissão previstas pelas alíneas e) e f) artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, nomeadamente as de manifestamente não estar em causa violação de direitos, liberdades e garantias ou de o Tribunal já ter rejeitado, por decisão transitada em julgado, recurso com objeto substancialmente igual.

9.1. De acordo com a primeira disposição, “o recurso não será admitido quando (...) manifestamente não estiver em causa a violação de direitos, liberdades e garantias individuais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo”.

9.1.1. A jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria percorreu um longo caminho desde a discussão inicial que se travou no âmbito dos Autos de Amparo Constitucional 1/2016 e que resultou no *Acórdão 5/2016, de 14 de março, Emílio Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 10 de maio de 2016, p. 1211-1221, e), e numa declaração de voto assinada pelo JC Pina Delgado;

9.1.2. A partir deste debate incorporou-se o entendimento de que o recurso a essa causa de inadmissão requereria que se demonstrasse a ausência de fundamentalidade do direito invocado, a ausência de conexão entre parâmetros de escrutínio convocáveis e as condutas impugnadas e a inviabilidade manifesta das pretensões do recorrente, que se

manifestaria nas circunstâncias em que todos os juízes estivessem seguros de que a causa estava condenada a fracassar no mérito, não havendo a mínima centelha de poder ser estimado, caso admitido;

9.1.3. Esta posição foi assumida plenamente pelo *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); e seguidamente pelo *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, p. 493-499, e); pelo *Acórdão 23/2019, de 27 de junho, Osmond Nnaemeka Odo v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, p.1232-1236, e); pelo *Acórdão 24/2019, de 4 de julho, Leny Martins e Fernando Varela v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, p. 1580-1585, e), sendo que nestes três últimos casos, apesar da viabilidade extremamente reduzida, optou-se por se admitir o recurso, posto não haver segurança total a respeito da improcedência do pedido. Porém, em relação aos que já foram apreciados, conduzindo a decisão de improcedência no mérito (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 36-42; *Acórdão 26/2019, de 9 de agosto, sobre violação do direito à liberdade, da garantia de presunção de inocência e da garantia de não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 24 de setembro de 2019, pp. 1590-1595). A estes se junta o mais recente *Acórdão 49/2022, de 12 de dezembro*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 92-96, que foi admitido *in extremis* porque nem todos os juízes ficaram convictos que o pedido era manifestamente inviável, mas pouco tempo depois foi julgado improcedente pelo *Acórdão 1/2023, de 17 de janeiro, por confirmação de sentença condenatória a pena de reclusão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção de inocência do arguido, Ivan Furtado v. TRB*, Rel: JC Pina Delgado, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 680-683);

9.1.4. Já no *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 5 de abril de 2022, p. 909-915, e), considerou-se que manifestamente não era viável violação da garantia de não ser mantido em prisão preventiva sem proferimento de despacho de pronúncia, em situação em que, embora este não tenha sido notificado ao recorrente, foi proferido dentro do prazo legal de oito meses, e no *Acórdão 27/2022, de 24 de junho, Gilson Vieira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 setembro de 2022, p. 1916-1921, e), não se admitiu uma das condutas impugnadas por considerar que era manifestamente inviável que tivesse violado direito, liberdade ou garantia;

9.1.5. De todo esse debate emerge que a causa de admissibilidade da alínea e) do artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* permite que se antecipe a falta de mérito de um pedido de amparo nos casos em que ele não esteja devidamente ancorado numa posição jurídica que remeta a um direito amparável (“fundamentalidade”); em que entre as condutas impugnadas e os parâmetros indicados não exista uma ligação lógica (“conexão”) ou que perfunctoriamente se consiga concluir que, de forma clara, não há qualquer hipótese de o recurso ser procedente no mérito (“viabilidade”), o que pode acontecer quando todos os juízes tiverem acesso aos autos e puderem analisar todos os elementos pertinentes e mostrarem-se confortáveis em antecipar o julgamento de mérito da questão, tornando inócuo qualquer juízo subsequente.

9.2. Neste caso concreto, o que se observa é que certas impugnações – considerando o seu mérito e o tipo de processo em que foram inseridas – suscitam, à primeira vista, dúvidas sobre a existência de situação de vulneração de direito, liberdade ou garantia, nomeadamente duas que serão avaliadas a seguir a partir de uma perspectiva estrita de se saber se se podia condenar o recorrente pelo crime que lhe foi imputado, independentemente da determinação relativa a suposta apreciação arbitrária da prova que o recorrente impugna a pp. 92-93, a qual foi desafiada através de outra conduta, mais à frente considerada.

10. É o caso concreto da conduta que se atribui ao Egrégio STJ de alegadamente ter confirmado condenação do recorrente por facto que não constituiria crime: o de auxílio à violação de medida de coação de obrigação de permanência em habitação, que não teria implicação criminal alguma. Portanto, de “querer condenar o arguido por um facto que

não constitui crime” violaria a garantia fundamental de “prévia previsão penal incriminadora – princípio a legalidade penal”, a qual, consagrada nos artigos 30, parágrafo segundo, e 32, parágrafo quarto, dispõe que “ninguém pode ser total ou parcialmente privado da sua liberdade, a não ser em consequência de uma sentença judicial condenatória pela práticas de atos puníveis por lei com pena de prisão (...) e que “não podem ser aplicadas penas ou medidas de segurança que não estejam expressamente cominadas em lei anterior”.

10.1. Com efeito, pode-se ler no *Acórdão 137/STJ/2023*, que se encontra apenso aos autos por linha, que o recorrente, no referido recurso, tendo o tribunal considerado que ele se insurgira em relação à sua condenação pelo crime de atentado contra o Estado de Direito, alegando que não se mostravam reunidos os pressupostos legais para o efeito, tratado com a maior profundidade esta questão, demonstrando a sua posição através dos preceitos legais que constam da Lei nº 85/VI/2005, de 26 de dezembro.

10.2. As bases filosóficas e dogmáticas do princípio já haviam sido desenvolvidas por este Tribunal no *Acórdão 13/2016 (Proferido no Processo de Fiscalização Abstrata Sucessiva da Constitucionalidade n.º 1/2016 referente à inconstitucionalidade de certas normas restritivas do Código Eleitoral)*, de 7 de julho, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I série, n. 43, de 27 de julho de 2016, pp. 1418-1475, 2.9.6 e no *Parecer 2/2020, de 10 de fevereiro, Referente à Lei de Autorização Legislativa para a aprovação de um novo regime de crimes de consumo e de tráfico de drogas*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, de 3 de março, pp. 633-652, 8.6.1., quando se assentou que “da essência desse subprincípio decorrem três orientações de extrema importância. A – Primeiro, a ideia da anterioridade da lei penal em relação ao facto. Assim, se no momento em que a pessoa adotou determinada conduta, por mais grave que esta conduta possa parecer do ponto de vista social, se não estiver tipificada em lei anterior, a ela não poderá ser aplicada qualquer sanção jurídico-criminal. B – Segundo, a exigência da lei prévia determina a irretroatividade da lei penal, pois, regra geral, a lei penal não se aplica a factos passados. Se através de uma norma jurídico-penal se criminalizar determinada conduta ou simplesmente agravar as condições da sua punibilidade, não será possível a sua aplicação retroativa. Mas, de outra parte, precisamente porque não viola em circunstância alguma o princípio do Estado de Direito, até pelo contrário por ser uma sua exigência, na medida em que primária pela proteção

dos direitos individuais, em relação a uma norma jurídica que operasse uma descriminalização ou atenuasse as condições de punibilidade de uma certa conduta, teria que haver necessariamente a possibilidade de aplicação retroativa da lei penal posterior mais benéfica, pelo que a irretroatividade penal abrange apenas leis penais menos favoráveis ao agente. Esta é a terceira exigência do *nullum crimen, nulla poena sine lege praevia*, pois que não faria sentido punir uma pessoa nos termos da lei anterior se o próprio legislador, legitimado pelo princípio democrático, entender que determinada conduta deva ser descriminalizada ou então que as condições de sua punibilidade merecem ser suavizadas”. Sendo ainda retomadas no *Parecer 1/2021, de 15 de fevereiro, Referentes à Terceira Lei de Alteração do CPP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, de 8 de março de 2023, pp. 814-832, II.

10.3. Portanto, de um ponto de vista meramente formal, em que releva simplesmente a dimensão de anterioridade da lei penal na sua dimensão nuclear,

10.3.1. Basta verificar o teor das decisões judiciais proferidas para se concluir que, em relação ao segmento relevante, o recorrente foi expressamente condenado “pela prática um crime de atentado contra o Estado de Direito, previsto e punido pelo artigo 8º (...) da Lei nº 85/VI/2005, de 26 de dezembro” pelo Tribunal da Relação de Barlavento, decisão esta confirmada pelo Egrégio STJ. Tendo, neste particular, este Alto Tribunal justificado a sua decisão de negação de provimento ao recurso e de confirmação do aresto recorrido, articulando entendimento no sentido de que “por o arguido, ora recorrente, ter agido, enquanto [d]eputado, em exercício de funções e com grave violação dos deveres a que estava vinculado, constringendo e impedindo o poder judicial de exercer a sua competência de fazer justiça, julgando, condenando e efectivando o cumprimento da pena do condenado por homicídio voluntário, bem andou o tribunal *a quo* em condenar o ora recorrente pelo crime de atentado contra o Estado de Direito, com assento nos arts. 3.º e 8.º da Lei n.º 8[5]/VI/2005, de 26 de dezembro”, depois de entender que “no caso dos autos considera-se que o ora recorrente cometeu o crime de atentado contra o Estado de Direito Democrático com base no segmento que estatui que ‘o titular do cargo político que (...) com grave violação dos respetivos deveres, atentar contra o Estado de direito constitucionalmente estabelecido (...) impedindo ou constringendo o livre exercício das funções de outros órgãos de soberania”, na medida em que “ao agir do modo como resultou provado, inclusive pela própria assunção dos factos pelo arguido, ora recorrente

de que arquitetou e executou a fuga para o estrangeiro, do Sr. Arlindo Teixeira, este que se encontrava proibido de se ausentar do domicílio e condenado pelo Supremo Tribunal de Justiça, a uma pena de nove anos de prisão por crime de homicídio, subtraindo-o, assim, à jurisdição dos tribunais cabo-verdianos e, por tal via, constringendo o livre e adequado funcionamento dos tribunais, atuou com grave violação dos deveres a que estava adstrito, enquanto deputado e com o propósito último de frustrar a ação dos tribunais judiciais cabo-verdianos, estes um órgão de soberania, integrantes do poder judicial e, por tal via, atentado contra o Estado de Direito”

10.3.2. E foi isso que fez, não havendo qualquer trecho que conduzisse ao entendimento de que o recorrente foi condenado por ter auxiliado o Senhor Arlindo Teixeira a regressar, segundo diz, temporariamente, a França, mas, antes, por uma conduta que se encontra tipificada no artigo 8º da Lei nº 85/VI/2005, de 26 de dezembro, considerando o órgão judicial recorrido que o ora recorrente, enquanto deputado à Assembleia Nacional, se encontrava abrangido por essa mesma Lei, nos termos do artigo 2º alínea d) desse diploma.

10.4. Ultrapassada a dimensão mais formal da questão, somente se, de facto, a conduta imputada ao recorrente não fosse de todo subsumível ao tipo penal pelo qual foi pronunciado, julgado e condenado é que, de alguma forma, haveria a possibilidade de alguma desconformidade com o princípio da legalidade penal.

10.4.1. O *Acórdão TRB 28/22-23* já tinha empreendido notório esforço argumentativo para tentar demonstrar qual seria o bem jurídico tutelado pela norma incriminadora ao proclamar que com a mesma se visa salvaguardar “a realização e preservação do Estado de Direito constitucionalmente estabelecido, aqui numa perspetiva dinâmica, protegendo-se ‘a concreta ordem estadual, constitucionalmente legitimada, existente em dado momento histórico’ (...)], a ação típica que traduz o tipo objetivo, o sujeito ativo, demonstrado que se tratava de um crime de ação vinculada [cujos meios de concretização, de que depende a realização do tipo, ainda que este seja cometido pelo titular de cargo político por meio não violento e nem de ameaça de violência, que seriam os seguintes: a) flagrante desvio das funções de titular de cargo político; b) com abuso de tais funções; c) com grave violação dos inerentes deveres ao exercício dessas funções, estando-se perante situações equiparadas para efeito de preenchimento da incriminação]”.

Indicando ainda que “[t]ais meios de execução reconduziriam a meios ilícitos, que envolvem excessos, abusos ou desvios, utilizados por quem desempenha funções de quem detém um cargo político, e que por isso o legislador considerou característicos de crimes de responsabilidade desde que assumissem determinada gravidade”.

10.4.2. Formulação dogmática que merece a concordância deste Tribunal Constitucional, na senda da própria apreciação já feita no *Acórdão 43/2022, de 4 de outubro, Amadeu Oliveira v. Supremo Tribunal de Justiça, sobre a violação do direito à liberdade sobre o corpo*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, 62-71. Na medida em que o tipo incriminador prevê que “[o] titular de cargo político que, com flagrante desvio ou abuso de funções ou com grave violação dos respetivos deveres, atentar contra o Estado de Direito Democrático constitucionalmente estabelecido (...) impedindo ou constringendo o livre exercício de outros órgãos de soberania”.

10.4.3. Primeiro, fixando o sujeito ativo do crime: o titular de cargo político, conforme definido pelo artigo 2º da Lei;

10.4.4. Segundo, explicitando que o bem jurídico protegido é, no geral, a concretização e o normal funcionamento do Estado de Direito Democrático na forma como se encontra configurado pela Constituição da República de 1992, o que abarca, respetivamente, todos os seus valores básicos e princípios estruturantes, e os órgãos soberanos que o compõem, incluindo, como é natural, os tribunais; e, especificamente, quanto ao tipo concreto fixado pela alínea d), a proteção do princípio da separação de poderes;

10.4.5. Terceiro, especificando, de um ponto de vista objetivo, as condutas típicas proibidas e incriminadas: a de atentar contra o Estado de Direito democrático constitucionalmente estabelecido, impedindo o livre exercício das funções de outros órgãos de soberania e a de atentar contra o Estado de Direito democrático constitucionalmente estabelecido, constringendo o livre exercício das funções de outros órgãos de soberania;

10.4.6. Culminando com a constatação óbvia de que, apesar de ser um crime de execução vinculada, na medida em que deverá necessariamente ser praticado com flagrante desvio ou abuso de funções ou grave violação deveres inerentes à mesma, o modo de execução é livre, manifestando-se em qualquer ato com aptidão para impedir ou constranger o livre exercício de funções de outro órgão de soberania que não o que agente integra, incluindo o de impedir que um órgão judicial exerça os seus poderes constitucionais, retirando do seu controlo pessoa sujeita a processo-crime em território nacional;

10.4.7. Por conseguinte, mesmo de um ponto de vista material, e sem que o Tribunal tenha que se pronunciar sobre a subsunção dos factos ao tipo penal aplicável ao caso concreto, de um ponto de vista normativo e dogmático é evidente que a conduta que foi imputada ao recorrente da qual resultou a sua condenação não foi a de ter auxiliado um constituinte a, como diz, regressar temporariamente, a França, mas antes a de ter, no entendimento do órgão judicial recorrido, atentado contra o Estado de Direito Democrático constitucionalmente estabelecido, impedindo ou constrangendo o livre exercício das funções dos tribunais, enquanto órgãos de soberania, ao auxiliar uma pessoa a subtrair-se à jurisdição dos tribunais nacionais e à execução de decisões judiciais.

10.5. Do que decorre dos autos e da análise feita aos fundamentos apresentados tanto pelo TRB como pelo STJ, constata-se que não se consegue estabelecer uma conexão entre o direito (a não ser condenado a não ser por crime que esteja previamente tipificado na lei) e os factos concretamente alegados pelo recorrente, pois que o Crime de Atentado Contra o Estado de Direito, pelo qual foi condenado, encontra-se tipificado na *Lei n.º 85/VI/2005, de 26 de dezembro*. Logo, conduzindo à não-admissão no mérito desta conduta por manifesta ausência de violação de direito, liberdade e garantia.

11. Pode-se interpretar no mesmo sentido a conduta que atribui ao Supremo Tribunal de Justiça de ter confirmado a sua condenação sem reconhecer que a responsabilidade penal por descumprimento de obrigação de permanência em habitação não podia ser transmitida do seu constituinte para si.

11.1 No arrazoadado apresentado, quando alega a violação do princípio da legalidade penal, o recorrente promove tese de que, a haver responsabilidade criminal,

esta apenas poderia ser imputada ao Sr. Arlindo Teixeira, por incumprimento da medida de coação de “obrigatoriedade de permanência na habitação” a que estaria sujeito, e não ao seu defensor oficioso (o recorrente), tendo em conta que tal responsabilidade penal não seria transmissível, sob pena de violação da garantia da não transmissibilidade da responsabilidade penal, consagrada no número 1 do artigo 32 da Constituição da República. Por contraposição à tese exposta no acórdão recorrido, conforme a qual “a responsabilidade do Senhor Arlindo Teixeira, enquanto arguido que viola a medida de coação de liberdade provisória, é distinta, a ser assacada no processo respetivo e não se confunde, obviamente, com a responsabilidade penal do ora recorrente, em apreciação nesses autos”.

11.2. A garantia constitucional penal que invoca, a da pessoalidade de pena e da intransmissibilidade da responsabilidade criminal, inserta no artigo 32, parágrafo primeiro, da Constituição, não só vedaria a transmissão de sanções criminais a terceiros, como também a sua responsabilização penal por factos praticados por outrem.

11.2.1. Contudo, de um ponto de vista formal, a alegação é claramente inverosímil, na medida em que dos autos ressalta que o recorrente, Senhor Amadeu Fortes Oliveira, foi a única pessoa condenada em processo crime do qual emerge este recurso de amparo em que figurava como acusado e arguido;

11.2.2. Por outro lado, não existe qualquer sentença judicial nos autos do processo-crime do qual emergiu o presente recurso constitucional, condenando o Sr. Arlindo Teixeira pelo crime de atentado contra o Estado de Direito, pelo que não faz qualquer sentido arguir a violação da garantia de intransmissibilidade da responsabilidade penal, na medida em que facticamente essa transmissão não se verificou, até porque tratava-se de crime próprio que só alguém que fosse detentor de cargo público podia cometer, o que não era o caso do Senhor Arlindo Teixeira.

11.3. Como se pode bem entender, contrariamente ao que alega o recorrente, a sua condenação teve por base a prática de factos, em abstrato subsumíveis ao tipo do crime pelo qual foi acusado, pronunciado e condenado por *Acórdão do TRB (28/22-23)*, que foram dados como provados. Não se conformando com essa decisão o recorrente interpôs recurso para o Supremo Tribunal de Justiça que, como já se disse, de forma amplamente

fundamentada e detalhada confirmou a decisão do TRB, no que diz respeito a este crime, concluindo que: “[d]o que resulta do comportamento do arguido é, pelo contrário, que agiu com consciência do carácter ilícito da sua conduta (aliás, ele assim declarou na comunicação social pública, que tinha concretizado o seu intento e que ia “entregar-se”) e mais, com intenso dolo, visando subtrair Arlindo Teixeira do âmbito da esfera do exercício do poder judicial cabo-verdiano, frust[r]ando a sua responsabilização jurídico-penal e, em última instância, com «tal feito», abalando a confiança no poder judicial cabo-verdiano e, por tal via, atentando contra a Integridade do nosso Estado de Direito Democrático, como, aliás, bem se decidiu no acórdão recorrido”.

11.4. Conclui-se facilmente que também neste caso, não é possível estabelecer uma conexão entre a garantia alegadamente violada, a da intransmissibilidade da responsabilidade criminal, e a conduta impugnada pelo recorrente, o que conduz a situação de inexistência manifesta de violação de direito, liberdade e garantia.

12. Pelos motivos já expostos, a alegação de que o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a condenação do recorrente, responsabilizando-o por emitir opiniões na condição de deputado, não faz o mínimo de sentido, conduzindo também inevitavelmente à inadmissão por falta de conexão ou por falta de fundamentalidade.

12.1. Primeiro diz que é um caso de violação da “garantia fundamental da existência de lei penal incriminadora”, alegação que, remetendo às considerações feitas no ponto anterior, não tem um sentido muito lógico, atendendo que foi julgado e punido por um crime de ofensa à pessoa coletiva devidamente consagrado no ordenamento jurídico-penal pátrio, através do artigo 169 do Código Penal.

12.2. Segundo, assevera que a violação terá incidido sobre uma “garantia do recorrente não ser responsabilizado por emitir opiniões no exercício das suas funções de deputado”;

12.2.1. Como já se tinha desenvolvido no segmento desta decisão em que se discutiu a falta de natureza de direito, liberdade e garantia de vários dos parâmetros indicados pelo recorrente, a inexistência de violação de direito, liberdade ou garantia

individual do mesmo é evidente. Considerando que o parâmetro que entende ter sido violado não é um direito, liberdade e garantia;

12.2.2. Além de ser uma prerrogativa do Parlamento, a haver qualquer efeito gerador de um interesse jurídico legítimo do deputado no exercício das suas funções, ele seguramente não pode ser tutelado por meio de um recurso de amparo porque, nem de perto, nem de longe, constitui um direito, liberdade e garantia do indivíduo, no sentido que lhe é atribuído pelo artigo 20 da Constituição da República.

13. O recorrente alega, com a conduta descrita em XII, que o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a sua condenação, não reconhecendo estar-se perante situação de *exceptio veritatis*.

13.1. Para sustentar as suas alegações diz que as afirmações “havidas” por ofensivas “foram motivadas por análises jurídicas factuais, cuja veracidade [...] pode[...] ser demonstradas”, o que, na sua perspetiva, excluiria a ilicitude do ato. Mesmo a haver eventuais ofensas ao bom nome da suposta vítima elas estariam cobertas pela cláusula da *exceptio veritatis*. E para fazer prova apresenta alegação de que em sete anos de processo nenhuma das decisões do STJ em relação ao Senhor Arlindo Teixeira subsistiram, arrolando três acórdãos do TC como motivação para a sua conduta. Já o órgão judicial recorrido havia nesse particular sustentado a sua decisão de improcedência do recurso ordinário e de confirmação da condenação do recorrente quanto à essa questão ancorando-se no entendimento de que acórdãos de alteração de decisões proferidas por um órgão judicial não justificavam que aos magistrados do STJ que as proferiram se dirija certos epítetos ou juízos demeritórios e que os acórdãos do TC referidos não teriam o condão de justificar a veracidade das alegações do recorrente. Daí concluir que “pese embora o recorrente, por bastas vezes, tenha vincado e propalado a veracidade das graves imputações dirigidas ao bom nome dos juízes que, então, integravam o Supremo Tribunal de Justiça, a quem apelidou de ‘corruptos’, ‘bandidos’, ‘ladres’, ‘falsificadores de processos’, ‘prevaricadores’, que teriam feito fraude no processo para condenar Arlindo Teixeira”, que teriam tomado o STJ de assalto e que o órgão funcionava como um bando de criminosos, “não se pode invocar a *exceptio veritatis* e nem o cumprimento de um qualquer dever imposto por lei (que dever?) quando o agente de crime de ofensa ao bom nome nunca logrou demonstrar a veracidade das imputações e dos graves factos

concretamente atribuídos àqueles magistrados judiciais e que, pelo conhecimento na área, sabia não ter qualquer fundamento sério para os reputar verdadeiros, não havendo qualquer explicação plausível e compreensível para um ataque sem precedentes à dignidade e prestígio da mais alta instância do país, só o podendo conceber adentro de uma lógica de um ataque vil e com escopo, clara e marcadamente, revanchista, pelo simples facto de o referido Tribunal ter decidido um processo que não foi a contento das pretensões do ora recorrente que, a dada altura do processo, interveio como defensor do arguido”;

13.2. Porém, a viabilidade de tal alegação é também reduzida, mesmo quando ajustado o parâmetro. Primeiro, porque não se consegue alcançar como é que o não reconhecimento de que se estaria perante situação de *exceptio veritatis* podia conduzir a uma violação de garantia a não se ser punido sem que haja lei incriminatória prévia, conforme estatuído no n.º 4 do artigo 32.º da CRCV;

13.2.1. Seria objetivamente contra-factual porque o recorrente foi condenado neste particular por um crime previsto pelo ordenamento jurídico cabo-verdiano, bastando lançar-se um olhar para alínea d) da parte dispositiva do acórdão recorrido para se verificar que ele foi condenado pela prática “de um crime de ofensa a pessoa coletiva, previsto e punido pelo artigo 169º do Código Penal com referência aos artigos 1º, 2º al. d), e 3º da Lei 85/VI/2005, de 26 de dezembro, na pena de seis meses de prisão”. Pelo que, não se entende, de que forma é que este princípio poderia estar relacionado com a garantia referida pelo recorrente, haja em vista que, para tanto, invoca uma ‘exceção de ilicitude’ por crime de injúria ou ofensa a pessoa coletiva prevista no artigo 173 do Código Penal de Cabo Verde. É que, facilmente, se pode constatar que o crime de ofensa a pessoa coletiva, pelo qual o recorrente foi condenado, está devidamente tipificado no artigo 169 do Código Penal, quando este dispõe que “quem, sem ter fundamento para, em boa fé, os reputar verdadeiros, dando-lhes publicidade, factos inverídicos, que afetem de maneira grave a credibilidade, o prestígio ou a confiança devidos a pessoa coletiva, (...)”. Embora esse mesmo diploma codificador exclua a ilicitude dessa conduta quando o agente efetuar prova sobre a veracidade dos factos ou tiver fundamento sério para os reputar de boa fé e verdadeiros, desde que se verifique uma das circunstâncias elencadas nas alíneas a) a c) do número 1 do artigo 173 do Código Penal;

13.2.2. Neste caso, quando muito o que podia estar em causa seria uma violação à sua liberdade de expressão, isto é, de o indivíduo fazer apreciações e expressar opiniões a respeito de qualquer assunto que julgue relevante. Mas, mesmo a partir deste prisma a imputação de violação que dirige ao STJ não parece ter muita margem para prosperar, designadamente porque, primeiro, a liberdade de expressão é passível de ser limitada, como, de resto, todas as liberdades comunicativas (*Acórdão n.º 13/2016 (Proferido no Processo de Fiscalização Abstrata Sucessiva da Constitucionalidade n.º 1/2016 referente à inconstitucionalidade de certas normas restritivas do Código Eleitoral)*, Rel: JC Pina Delgado, 1.10); segundo, a prova que faz de situação em *exceptio veritatis* está longe de ultrapassar o âmbito subjetivo, distanciando-se e muito de qualquer demonstração concreta de que os factos que imputou ao Egrégio STJ e aos seus juízes seriam verdadeiros;

13.2.3. No primeiro caso, basta ver a Constituição para se constatar que o âmbito da liberdade de expressão é afetado na raiz pelo próprio legislador constituinte. Pela simples razão de que este, ao mesmo tempo em que reconheceu o direito ao proclamar, no artigo 38, parágrafo primeiro, que “todos têm a liberdade de exprimir e de divulgar as suas ideias pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, ninguém podendo ser inquietado pelas suas opiniões políticas, filosóficas, religiosas ou outras”, afeta-o na origem ao estabelecer, já no parágrafo quarto, que a liberdade de expressão “tem como limites o direito à honra e consideração das pessoas, o direito ao bom-nome, à imagem e à intimidade da vida pessoal e familiar”, concebendo mandado de incriminação, ao dispor no parágrafo sexto que “as infrações cometidas no exercício da liberdade de expressão e de informação farão o infrator incorrer em responsabilidade civil, disciplinar e criminal, nos termos da lei”;

13.3. É nestas bases que assenta a incriminação de condutas que atingem bem jurídicos constitucionalmente tutelados como a honra, a consideração e o bom nome das pessoas, dando base para a previsão de crimes como a calúnia, a injúria e a ofensa à pessoa coletiva, no âmbito do qual se insere a ausência de punibilidade do agente que efetuar prova dos factos.

13.3.1. Considerando tratar-se de crime que tem – conforme se depreende do trecho “credibilidade, prestígio ou a confiança devidos”, em suma o bom nome, nos

termos do artigo 169 do Código Penal – no seu bojo a intenção de preservar a reputação de uma pessoa coletiva de apreciações que não estejam estritamente ancoradas em factos objetivos ou fundamentadamente tidos por verdadeiros à altura em que foram pronunciados, exige-se a apresentação de provas cabais e suficientes da veracidade dos mesmos para se afastar a pena. Ainda mais, quando os tais factos se referiam a um órgão de soberania, um tribunal judicial de topo, cuja atuação depende essencialmente da perceção externa da sua autoridade, independência e imparcialidade;

13.3.2. Não se tratando aqui de nenhuma causa de extinção da ilicitude, mas de mera causa de extinção da punibilidade, pode-se partir do princípio de que estava presente uma circunstância que permite a sua invocação, nomeadamente o facto de as imputações se referirem a pessoas que têm relevância pública, e dar-se de barato que se destinava a defender e garantir um interesse público atual, embora isso, por si só, fosse já muito discutível. Contudo já não se consegue depreender dos elementos arrolados pelo recorrente, que são, no essencial, acórdãos deste Tribunal que decidiram pela procedência de um conjunto de recursos constitucionais, a prova de que os juízes do Supremo Tribunal de Justiça pelo facto de existirem certas situações inconstitucionais no processo do Senhor Arlindo Teixeira, seriam corruptos, bandidos, ladrões, como deu por assente o órgão judicial recorrido, ou sequer aldrabões;

13.3.3. Se nesses acórdãos esta Corte concluiu pela existência de violações a direitos de um arguido, nenhum efeito gera além de se determinar um amparo para o titular do direito ou da necessidade de reforma de um acórdão ou correção de um procedimento por aplicação de norma inconstitucional. Como se assevera no próprio ato judicial recorrido, “mesmo a ter ocorrido a declaração de inconstitucionalidade de alguma interpretação de norma ou concedido amparo por violação de algum direito fundamental (...) tal não consente, nem de longe nem de perto, que o arguido adjetive os juízes que laboraram naqueles processos (...) com epítetos tão objetiva e vincadamente, insultuosos” (p. 180), nomeadamente porque “a alteração de decisões por via de recursos legais afigura-se como uma manifestação normal e salutar do funcionamento do sistema de justiça de um Estado de Direito, daí não devendo resultar, como é axiomático, em qualquer juízo demeritório sobre a integridade e honorabilidade dos juízes que intervieram nas decisões que foram objeto de recursos, ordinários, extraordinários ou constitucionalidade (...)” (*Idem*);

13.3.4. Dir-se-ia sobretudo quando são recursos constitucionais como o recurso de amparo e de fiscalização concreta da constitucionalidade, circunstâncias em que os juízes apreciam questões complexas que envolvem ponderações finas associadas a juízos de balanceamento, como o juízo de proporcionalidade ou o juízo de colisão, a envolver normas constitucionais, regra geral construídas como princípios, por definição com textura aberta, porosas e ancoradas em linguagem polissémica, e que envolvem deveres de adoção de interpretações mais benignas, que considerem os direitos fundamentais, ou o afastamento de hermenêuticas que conduzam à atribuição de sentidos inconstitucionais às normas. Em contexto no qual não há propriamente uma única resposta correta, mas sentidos racionais e razoáveis que se podem atribuir às questões constitucionais subjacentes, não há como assentar responsabilidade a qualquer juiz que atue de boa-fé, conforme às suas convicções jurídicas, nos termos da sua filosofia constitucional e com base na utilização dos seus próprios métodos hermenêuticos. Como esta Corte Constitucional lembrou recentemente a um outro jurisdicionado, “[a] propósito, e já que optou por chamar a si a suscitação desta tese, em resposta ao ilustre advogado, que parece insistir em fomentar alguma hostilidade entre os tribunais em razão de legítimas posições que adotam no âmbito dos seus poderes, sempre se lembrará que em Cabo Verde opera-se dentro de um sistema jurídico complexo e completo, (...). O Supremo Tribunal de Justiça é um órgão judicial de topo e os seus juízes são dotados da independência que é assegurada a todos os magistrados [judiciais], nos termos da lei. Portanto, podem, individual e colegialmente, adotar os entendimentos que se adequem às suas convicções jurídicas e à forma como interpretam a Constituição e a Lei com a mesma legitimidade que se reconhece aos juízes do Tribunal Constitucional. Quando acontece uma divergência no entendimento que dois tribunais têm sobre uma mesma questão, o sistema jurídico possui regras e mecanismos que definem os efeitos das decisões de cada órgão judicial e as situações em que as decisões de um tribunal prevalecem sobre as de outro” (Acórdão 149/2023, de 4 de setembro, *Arinze Martin Udegbumam v. STJ, Admissão a trâmite de conduta atribuída pelo recorrente ao STJ de, através do Acórdão 102/2023, ter negado conceder o habeas corpus requerido, rejeitando estar-se perante prisão por facto que a lei não permite, na medida em que ela se terá fundamentado em decisão condenatória já transitada em julgado, malgrado o recorrente ter interposto recurso de amparo que foi admitido em relação a esta decisão e que aguarda apreciação no mérito*, Rel: JCP Pina Delgado, 5.2.1), culminando com o entendimento já sufragado de que “[n]ada se dizendo na Constituição ou na lei de que essas decisões produzem efeitos *erga*

omnes – como, indubitavelmente, as que sejam tiradas em sede de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade, que têm força obrigatória geral, conforme disposto no artigo 284, parágrafo primeiro, da Constituição, devendo ser seguidas por todos os tribunais em qualquer processo em que forem de se aplicar, criando uma situação de quase precedente vertical – em relação ao recurso de amparo a vinculatividade das decisões do Tribunal Constitucional circunscreve-se ao processo concreto no âmbito do qual elas forem proferidas” (*Ibid.*, 5.2.3). Não fosse assim, e à moda de democracia radical ateniense, qualquer decisão que fosse revertida por meio de um recurso ordinário, extraordinário ou constitucional sempre faria cair, sem mais, e sem que se se dê ao trabalho de sequer apresentar ilocucionariamente elementos factuais e objetivos, nomeadamente típicos, os seus autores debaixo de uma condição criminal de serem ou corruptos, bandidos, ladrões ou aldrabões ou terem assim atuado num processo, sendo esta mesma conclusão aplicável mesmo numa circunstância em que todos os recursos constitucionais já tivessem sido definitivamente decididos em benefício de um peticionário. Justificando-se ainda deixar o registo de que o Tribunal Constitucional já tinha afastado tal conexão necessária numa decisão de provimento parcial, quando no *Acórdão 29/2019, de 30 de julho, Arlindo Teixeira vs. STJ, referente à norma prevista pelo número 1 do artigo 2 da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como as garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa*, Rel: JC Pina Delgado, 3.2.2, asseverou que “[n]ão transparece da decisão que o Tribunal se tenha arrogado um poder decorrente do artigo 177 de decidir recursos em matéria penal de forma arbitrária, à margem da Lei, sem balizas, regras ou limites, inserindo factos novos, com o intuito de incriminar o arguido”.

13.3.5. Portanto, a extrapolação feita pelo recorrente de adjetivar o STJ e o seu coletivo através da imputação da prática de atos criminosos ou social e profissionalmente censuráveis não corresponde a mais do que um mero juízo subjetivo, não-objetivado, porque dos elementos apresentados nenhum faz prova de veracidade dos factos que imputa ao Coletivo ou a magistrados que compõem o STJ; como tal, está sujeita a responsabilidade criminal, nos termos da lei.

13.4. Naturalmente, mesmo em períodos de ajustamento motivado pela utilização ostensiva da liberdade de expressão para deslegitimar as instituições republicanas,

inclusive judiciais, que todo o cidadão tem o dever de respeitar nos termos do artigo 83, parágrafo primeiro, da Lei Fundamental (“Todo o indivíduo tem deveres para com a família, a sociedade, o Estado e, ainda, para com outras instituições legalmente reconhecidas”), com propaganda e notícias falsas ou fraudulentas de toda a espécie, em que há um interesse constitucional legítimo em limitar tais direitos para preservar as instituições que compõem o Estado, sobretudo as que, para manter a sua independência, devem ficar isoladas das vicissitudes políticas, numa sociedade liberal, republicana e democrática nada impede que as decisões dos tribunais sejam escrutinadas e criticadas, inclusive por intervenientes processuais e causídicos especificamente interessados no desfecho dos respetivos processos – ainda que eles tenham sempre um interesse instrumental comprometedor da objetividade de tais apreciações – mas devem sê-lo conforme o mérito ou demérito intrínseco das decisões e não a partir de ataques à idoneidade dos tribunais que as proferem e/ou dos seus integrantes, com a imputação de factos e condutas fraudulentas, a menos que elas sejam rigorosamente provadas, o que, decididamente, não aconteceu no caso concreto.

13.5. Por conseguinte, esta conduta não tem centelha de viabilidade, porque, tendo havido tais imputações ao órgão judicial recorrido e aos seus membros, a sua punibilidade não seria excluída por ausência de prova de veracidade dos factos, sendo inócua a sua admissão porque o Tribunal pode, desde já, antecipar que não terá a mínima possibilidade de ser estimada no mérito, por inexistência manifesta de violação de direito, liberdade e garantia. Muito menos a interpretação promovida pelo órgão judicial recorrido poderia ser considerada arbitrária.

14. De resto, em relação às demais,

14.1. Apesar da sua jurisprudência não ser muito favorável à pretensão do recorrente e a despeito do que já tinha considerado em termos indiciários no *Acórdão 43/2022, de 4 de outubro, Amadeu Oliveira v. Supremo Tribunal de Justiça, sobre a violação do direito à liberdade sobre o corpo*, Rel: JC Aristides R. Lima, III, dada a amplitude das considerações feitas na peça impugnatória, o Tribunal não tem elementos suficientes nesta fase para concluir que a conduta consubstanciada no facto de o Supremo Tribunal de Justiça ter, através do *Acórdão 137/2023*, condenado o recorrente, sem reconhecer a violação do princípio da presunção da inocência, procedendo a uma

arbitrária e nada lógica valoração da prova, é manifestamente improcedente. Pelo que prefere avaliar no mérito, através do controlo lasso de cariz negativo que promove nestas circunstâncias (*Acórdão 6/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ, sobre a violação dos direitos a não se ser discriminado, à liberdade do corpo e à presunção da inocência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 5; *Acórdão 13/2018, de 7 de junho, Manuel Fonseca v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo e da garantia contra a retroatividade da lei penal prejudicial ao arguido*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1277-1285, 4; *Acórdão 20/2018, de 16 de outubro, Uchechukwu Vitus Ezeonwu e Chijioke Duru v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, 25 de outubro de 2018, pp. 1639-1648, 5; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.3; *Acórdão 5/2021, de 25 de janeiro, Évener de Pina v. STJ, sobre violação da garantia à presunção da inocência e da garantia ao contraditório*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 8 de março de 2021, pp. 850-861, 2.1.3; *Acórdão 43/2022, de 4 de outubro, Amadeu Oliveira v. Supremo Tribunal de Justiça, sobre a violação do direito à liberdade sobre o corpo*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, 62-71, 4.3.1, *Acórdão 1/2023, de 17 de janeiro, Ivan dos Santos v. TRB, por confirmação de sentença condenatória a pena de reclusão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção de inocência do arguido*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, 680-683; *Acórdão 81/2023, de 22 de maio, José Eduíno v. STJ*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 66, 15 de junho de 2023, pp. 1376-1384, 13; *Acórdão 105/2023, de 26 de junho, Matthew Balme v. STJ, Admissão a trâmite de conduta de confirmação judicial da extradição do recorrente, malgrado o Estado Requerente não ter alegadamente apresentado garantias suficientes de que teria reconhecido um direito ao recurso ou a um novo julgamento, por eventual violação do direito de recurso e do direito à defesa em processo penal*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*,

I Série, N. 75, 13 de julho de 2023, pp. 1458-1469, 9.1.9), se houve efetivamente uma apreciação arbitrária da prova pelo Egrégio STJ;

14.2. Prefere igualmente avaliar no mérito se efetivamente houve violação de direito, liberdade e garantia do recorrente pelo facto de o Egrégio STJ ter confirmado a sua condenação, recusando-se a reconhecer que o recorrente foi alegadamente condenado por um tribunal cuja composição foi adulterada em certas fases do processo e se a conduta de o Egrégio STJ ter confirmado a condenação do recorrente, recusando-se a reconhecer que ele supostamente terá sido julgado sem que tivesse havido distribuição do processo no tribunal de julgamento;

14.3. O mesmo em relação ao facto de o STJ ter considerado prejudicadas as suas alegações de ter sido julgado por um tribunal territorialmente incompetente, pelo facto de já se ter constituído um caso julgado, considerando que se tinha pronunciado a respeito em decisão anterior.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem:

a) Admitir a trâmite a conduta de o Supremo Tribunal de Justiça ter, através do *Acórdão 137/2023*, confirmado a condenação, considerando prejudicadas as suas alegações de ter sido julgado por um tribunal territorialmente incompetente pelo facto de já se ter constituído um caso julgado, considerando que se tinha pronunciado a respeito em decisão anterior, por eventual violação do direito ao recurso;

b) Admitir a trâmite a conduta de o Supremo Tribunal de Justiça ter, através do *Acórdão 137/2023*, confirmado a condenação do recorrente, recusando-se a reconhecer que ele terá, alegadamente, sido condenado por um tribunal cuja composição teria sido adulterada em certas fases do processo, por eventual violação da garantia ao juiz natural;

c) Admitir a trâmite a conduta de o Supremo Tribunal de Justiça ter, através do *Acórdão 137/2023*, confirmado a condenação do recorrente, recusando-se a reconhecer que ele supostamente terá sido julgado sem que tivesse havido distribuição do processo no tribunal de julgamento, por eventual violação da garantia ao juiz natural;

d) Admitir a trâmite a conduta de o Supremo Tribunal de Justiça ter, através do *Acórdão 137/2023*, confirmado a condenação do recorrente, alegadamente procedendo a uma arbitrária e nada lógica valoração da prova, por alegada violação da garantia à presunção da inocência;

e) Não admitir as demais condutas ou pronunciar-se, no mérito, sobre qualquer outra pretensão que se pretenda fazer valer nos presentes autos.

Registe, notifique e publique.

Praia, 27 de novembro de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 27 de novembro de 2023.

O Secretário,

João Borges